



**Departamento de Ciências Sociais e Humanas**

---

DULCELINO LOPES LANDIM

A CARTA DE CAMINHA ENQUANTO PRIMEIRO  
DOCUMENTO DA HISTÓRIA DA LITERATURA  
BRASILEIRA

Licenciatura em Letras / ECV

- Universidade de Cabo Verde, Junho de 2010 -  
DULCELINO LOPES LANDIM

# A Carta de Caminha enquanto primeiro documento da História da Literatura Brasileira

Trabalho Científico apresentado na Universidade de Cabo Verde, para obtenção do grau de Licenciado em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses, sob a orientação da Mestre Maria Verúcia de Souza Melo.

- Universidade de Cabo Verde, Junho de 2010 -

O Júri

---

---

---

Universidade de Cabo Verde aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## *Dedicatória*

À memória do meu querido e saudoso avô,  
João José Landim - Lila - (paz à sua alma),  
pelo incentivo à minha carreira acadêmica  
e profissional.

## *Agradecimentos*

Ao longo deste trabalho pude contar com a ajuda de muitas pessoas: familiares, colegas de trabalho, professores, funcionários, ... Muitos destes além de oferecer-me ajuda compartilharam os seus saberes e, em alguns casos, também da amizade. Devo confessar, entretanto, que não seria possível chegar ao fim desta longa e árdua caminhada, sem o apoio dessas pessoas. Deste modo, gostaria de expressar aqui as minhas palavras de profunda

gratidão a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para o êxito deste trabalho, ao longo das diferentes etapas da sua realização, mas particularmente:

À Deus, o todo poderoso e nosso criador pelo dom da vida, pois, ele é a razão da existência de tudo o que nos rodeia.

Um agradecimento carinhoso à minha família, pelos momentos de descontração familiar partilhados, pelo carinho e pelo apoio que sempre me disponibilizaram, incondicional e fraternalmente.

À Professora Augusta Évora minha primeira orientadora, que infelizmente por razões pessoais e profissionais teve que viajar para o Brasil, porém por tudo o que fez por mim, essencialmente nos primeiros momentos da realização do presente trabalho, deixo aqui o meu agradecimento especial.

À professora Verúcia de Souza, primeiramente pela forma como entendeu e compreendeu a minha situação depois de eu ter ficado sem orientadora e, por prontamente aceitar orientar-me, por causa disso e também pela paciência, constante disponibilidade, contributos e sugestões em algumas questões complexas; enfim, pelo apoio inestimável que sempre me prestou, em todas as fases de realização do trabalho, a minha eterna gratidão!

À todos os professores do departamento de Línguas Cabo-verdiana e Portuguesa pelos sábios conhecimentos que souberam me transmitir, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho. Com estes aprendi a desvendar um pouco mais os caminhos do conhecimento e da sabedoria.

Ao meu colega, amigo e companheiro de luta, **Alcides Miranda**, pela cumplicidade, força, coragem, camaradagem académica, apoio e incentivo, ao longo destes anos que convivemos. Aos outros colegas do curso e amigos: Casimiro, Sandra, Albertina, Neidine, Matilde, Francisco, Paulo Jorge, Adelça, Deusa, Caetana, Maria da Conceição, Nelo Canuto, Eloisa Tomar, pela amizade profunda, incentivo e apoio indefectível, nos momentos cruciais e de incertezas; ao **Albertino de Pina** e Pedro Romão, meus amigos e conterrâneos, que muito me ajudaram afectivamente e não só.

Pelos documentos/informações disponibilizados e pelo carinho com que os/as seus/suas funcionários/as me atenderam, quero agradecer às seguintes instituições: Centro Cultural Brasil/Cabo Verde, Biblioteca Municipal de Calheta São Miguel, Biblioteca da Escola Secundária de São Miguel, Biblioteca da Escola Secundária Padre Moniz, Instituto Camões...

Quero agradecer atenciosamente ao senhor Humberto Coelho pelos documentos facultados e pela disponibilidade em ajudar-me em tudo o que era necessário.

À todos os condutores de hiaces, que trabalham no percurso Calheta - Praia - Calheta, nomeadamente **Dudu, Chido, Moisés, Irineu, Culan, Fadigado, Zé di Penha (já falecido)** e outros, por tudo aquilo que fizeram por mim durante os anos em que decorreram o curso, pois muitas vezes não tendo dinheiro para custear a viagem, souberam entender (compreender) a minha situação.

POR FIM, A TODOS QUE SEMPRE ACREDITARAM EM MIM, CONHECIDOS OU ANÓNIMOS, **O MEU MUITO OBRIGADO!!!**

## ***ÍNDICE***

<b><i>INTRODUÇÃO</i></b> .....	7
<b><i>CAPÍTULO 1 - A EUROPA E O MUNDO NO INÍCIO DO SÉCULO XV</i></b> .....	11
1.1 A expansão marítima/ Abertura ao mundo .....	14
1.1.1. <i>As motivações económicas da expansão na Europa</i> .....	16
1.2. As motivações da expansão em Portugal .....	18
1.2.1 <i>A prioridade portuguesa</i> .....	20

1.2.2 A expansão marítima portuguesa.....	24
<b>CAPÍTULO 2 – A DESCOBERTA/ACHAMENTO DO BRASIL.....</b>	<b>27</b>
2.1 O descobridor.....	27
2.1.1 A armada.....	29
2.1.2 A viagem.....	31
2.2 Período Pré-Descobrimento.....	33
2.3 A chegada dos europeus.....	35
2.4 A polémica sobre o "descobrimento".....	37
<b>CAPÍTULO 3 – A CARTA DE CAMINHA NA SUA ÉPOCA.....</b>	<b>39</b>
3.1 A obra e seu autor.....	39
3.2 Objectivos da Carta e seu destinatário.....	42
3.3 Importância da Carta de Caminha.....	44
3.4 Análise do documento.....	49
<b>CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>69</b>

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Situação da Europa em meados do séc. XV.....	13
Figura 2 – Animais fantásticos.....	14
Figura 3 - Monstros da Índia.....	15
Figura 4 – Mapa do mundo do início do século XV.....	15
Figura 5 – Caravana de Camelos.....	16

Figura 6 - Comprando pimenta.....	17
Figura 7 – As motivações da expansão na Europa .....	18
Figura 8 – As motivações da expansão em Portugal .....	20
Figura 9 – A bússola .....	22
Figura 10 – O quadrante.....	22
Figura 11 – Astrolábio .....	22
Figura 12 - Utilização do astrolábio.....	23
Figura13 - Caravela redonda .....	23
Figura 14 – Cidade de Ceuta .....	25
Figura 15– Fotografia de Pedro Álvares Cabral.....	27
Figura 16- Estátua de Pedro Álvares Cabral .....	28
Figura 17 – Armada de Pedro Álvares Cabral.....	29
Figura 18 – A rota de Pedro Álvares Cabral .....	31
Figura 19 – Detalhes de um mapa do Brasil .....	33
Figura 20 – Assinatura do Tratado de Tordesilhas .....	34
Figura 21 – Divisão do mundo segundo o tratado de Tordesilhas .....	35
Figura 22 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral na Baía do Porto Seguro .....	36
Figura 23 – A carta de Caminha .....	39
Figura 24 – 1º Contacto.....	52
Figura 25 – Objectos trocados.....	53
Figura 26 – 1ª missa no Brasil .....	62

## ***INTRODUÇÃO***

### **1. Justificação e escolha do tema**

O presente trabalho enquadra-se no âmbito das exigências curriculares do curso de Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, ministrado na Universidade de Cabo Verde, (UNI-CV).



Desta forma, enquanto estudante desta Licenciatura, gostaríamos de dar a nossa contribuição, ainda que modesta, para a sua divulgação e particularmente de sua Literatura.

É neste âmbito que escolhemos o presente tema: **A Carta de Caminha enquanto primeiro documento da história da Literatura Brasileira.**

Este visa por um lado a obtenção do grau académico de Licenciatura em letras e por outro consolidar mais os conhecimentos sobre a Língua Portuguesa e sua literatura, especialmente da Literatura Brasileira, dado que, a efectivação de uma Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses exige um conhecimento sólido sobre a Língua Portuguesa e sua Literatura.

Sendo assim, não podíamos encontrar melhor tema para o nosso trabalho, uma vez que, este é de extrema relevância para o estudo da língua portuguesa e particularmente da sua literatura.

Finalmente, gostaríamos de trabalhar o tema em análise, tendo como principal objectivo, como já fora referido anteriormente, dar um contributo mesmo que modesto para o estudo dos primórdios da Literatura Brasileira.

Na sequência daremos a conhecer os objectivos que norteiam a mencionada pesquisa.

## **2. Enquadramento/ Contextualização**

Tal como a África, o Brasil foi descoberto/achado pelos portugueses. Dado a impossibilidade de uma penetração no continente africano onde pudessem encontrar o ouro que era uma das grandes riquezas da África e ainda devido às resistências apresentadas pelos nativos e que não proporcionava aos portugueses espaços geográficos livres, decidiram voltar-se em direcção à América do Sul-Brasil onde era possível uma profunda penetração, pois, o clima era bom, os índios não ofereciam resistência nenhuma, os espaços geográficos eram livres e, havia muitas riquezas.

Assim, com a finalidade de encontrar as soluções para ultrapassar os problemas causados pela crise económica do século XIV, os navegadores portugueses chegaram ao Brasil em 1500 e, era evidente que a literatura brasileira sofresse as influências literárias portuguesas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> In: *Curso Prático da Língua Portuguesa e sua Literatura - Literatura Brasileira*, vol. 6, Jânio Quadros et alii, Curitiba, editora educacional brasileira, Cap. 1, pp. 11/15)

Alfredo Bosi considera que, o problema das origens da literatura brasileira não pode ser formulada em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir da afirmação de um complexo colonial de vida e de pensamento<sup>2</sup>.

Então, vê-se que, neste quadro de formação da Literatura Brasileira, a Carta de Pêro Vaz de Caminha, como é popularmente conhecida, objecto de análise, da nossa pesquisa, teve um papel muito importante, como iremos ver a partir da análise que será feita da mesma, ou seja, iremos ver que realmente a Carta dirigida ao rei D. Manuel I, a fim de comunicar-lhe o descobrimento/ achamento da nova terra, que posteriormente viria a ser chamada de Brasil , ocupa um lugar de destaque na Literatura Brasileira, essencialmente nos seus primórdios, uma vez que, depois de ter sido descoberta entre os arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa e, publicada pela primeira vez, vai tornar-se no ponto de referência do início da Literatura Brasileira e, significar uma autêntica certidão de nascimento e que se insere em um género copiosamente representado durante o século XV em Portugal e Espanha: a literatura de viagens<sup>3</sup>.

### **3. Objectivos**

Para o sucesso de qualquer trabalho de investigação torna-se necessário definir os seus objectivos, ou melhor, traçar as metas que se deseja atingir.

#### **3.1 Objectivos gerais**

- Analisar a Carta de Caminha como o primeiro documento na história da Literatura brasileira.
- Examinar a Carta de Caminha como primeiro documento informativo sobre o Brasil.

---

<sup>2</sup> In: *História Concisa da Literatura Brasileira*, Alfredo Bosi, São Paulo, Cultrix, 1992.

<sup>3</sup> In: *História Concisa da Literatura Brasileira*, Alfredo Bosi, São Paulo, Cultrix, 1992.

### **3.2 Objectivos específicos:**

- Identificar o primeiro documento na história da Literatura brasileira;
- Explicar a importância da Carta de Caminha na Literatura brasileira;
- Concluir da literariedade ou do grau de informatividade do documento “Carta de Caminha”.

### **4. Perguntas de partida**

Para cumprir esses objectivos levantamos duas questões que consideramos pertinentes e essenciais para o desenvolvimento deste trabalho:

1.Qual é o primeiro documento na história da Literatura brasileira?

2.Como deve ser encarada a Carta de Caminha? Um documento informativo ou literário?

### **5. Metodologias utilizadas**

Para a efectivação deste trabalho, recorrer-se-á basicamente, a pesquisa de gabinete, isto é, pesquisas documentais e bibliográficas relacionadas com o tema em estudo, algumas pesquisas na Internet, a fim de fazer uma actualização sobre alguns aspectos referentes ao tema em estudo.

### **6.Estrutura do trabalho**

Em termos estruturais, afora a introdução, o trabalho integra quatro capítulos, a contar do capítulo I, em que apresentaremos uma visão global sobre a Europa e o mundo no início do século XV, focando essencialmente os aspectos que têm a ver com a expansão marítima/abertura ao mundo, bem como as razões e motivações que estiveram na origem desta expansão, na Europa de um modo geral e, em particular em Portugal.

A descoberta/achamento do Brasil, é o conteúdo que abordaremos no capítulo II, dando relevância ao seu descobridor e todo o percurso (viagem feita até a nova terra descoberta. Ainda será ponto de referência o período pré-descobrimento, a chegada dos europeus e, finalmente a polémica gerada em torno de tudo isso.

No capítulo III, debruçar-nos-emos sobre a carta, propriamente dita, referindo o seu autor, seus objectivos, sua importância para a literatura em questão e finalmente faremos uma análise da mesma, com o intuito de confirmar ou infirmar o grau de informatividade ou de literariedade do texto em estudo.

E no capítulo IV, serão sublinhadas as principais conclusões tiradas a partir dos principais tópicos abordados no decorrer dos capítulos. E por último, daremos a conhecer a bibliografia consultada para a realização desta monografia.

## ***CAPÍTULO 1***

### ***A EUROPA E O MUNDO NO INÍCIO DO SÉCULO XV***

A história diz-nos que, entre os Séculos XII e XIV, a Europa conheceu um período de ressurgimento económico, caracterizado pelo dinamismo do mundo rural, pela reanimação do comércio e pelo desenvolvimento das cidades. Este ressurgimento económico foi acompanhado de uma renovação cultural, que teve nas novas ordens religiosas e nas universidades os principais centros criadores e difusores.

Contudo, em meados do século XIV; um conjunto de factores, nomeadamente, as fomes, as pestes e as guerras, fez com que, se interrompesse este ressurgimento económico dos séculos anteriores e se instalasse em toda a Europa um período de crise demográfica, económica e social.

Essa crise foi marcada por períodos de más colheitas e fomes, pelo flagelo da peste negra e pela guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra (1337 a 1453).

Com o fim desta guerra e das grandes pestes, a população voltou a crescer, aumentou a produção agrícola e artesanal e desenvolveram-se as trocas comerciais. Porém, a falta de metais preciosos, como ouro e prata, com que se fabricava a moeda, prejudicava o comércio, pelo que os Europeus desejavam atingir as minas de ouro existentes em África.

Por outro lado, as relações comerciais da Europa com o Oriente beneficiavam, em grande parte, os comerciantes Muçulmanos que transportavam muitos produtos orientais como as especiarias (pimenta, canela, noz moscada e cravinho), as sedas ou os perfumes até aos portos do mediterrâneo. As cidades italianas, como Génova e Veneza, distribuíam-nos depois pelos principais portos europeus, enriquecendo também com este comércio, através do encarecimento do preço dos produtos.

Por este motivo, os europeus desejavam ter acesso ao local de origem destes produtos, entretanto, todo o rebordo africano do mar Mediterrâneo era dominado pelos muçulmanos, enquanto o Mediterrâneo Oriental estava controlado pelos Turcos que também seguiam a religião islâmica.

A figura a seguir dá-nos uma maior percepção do cenário europeu no mencionado período.

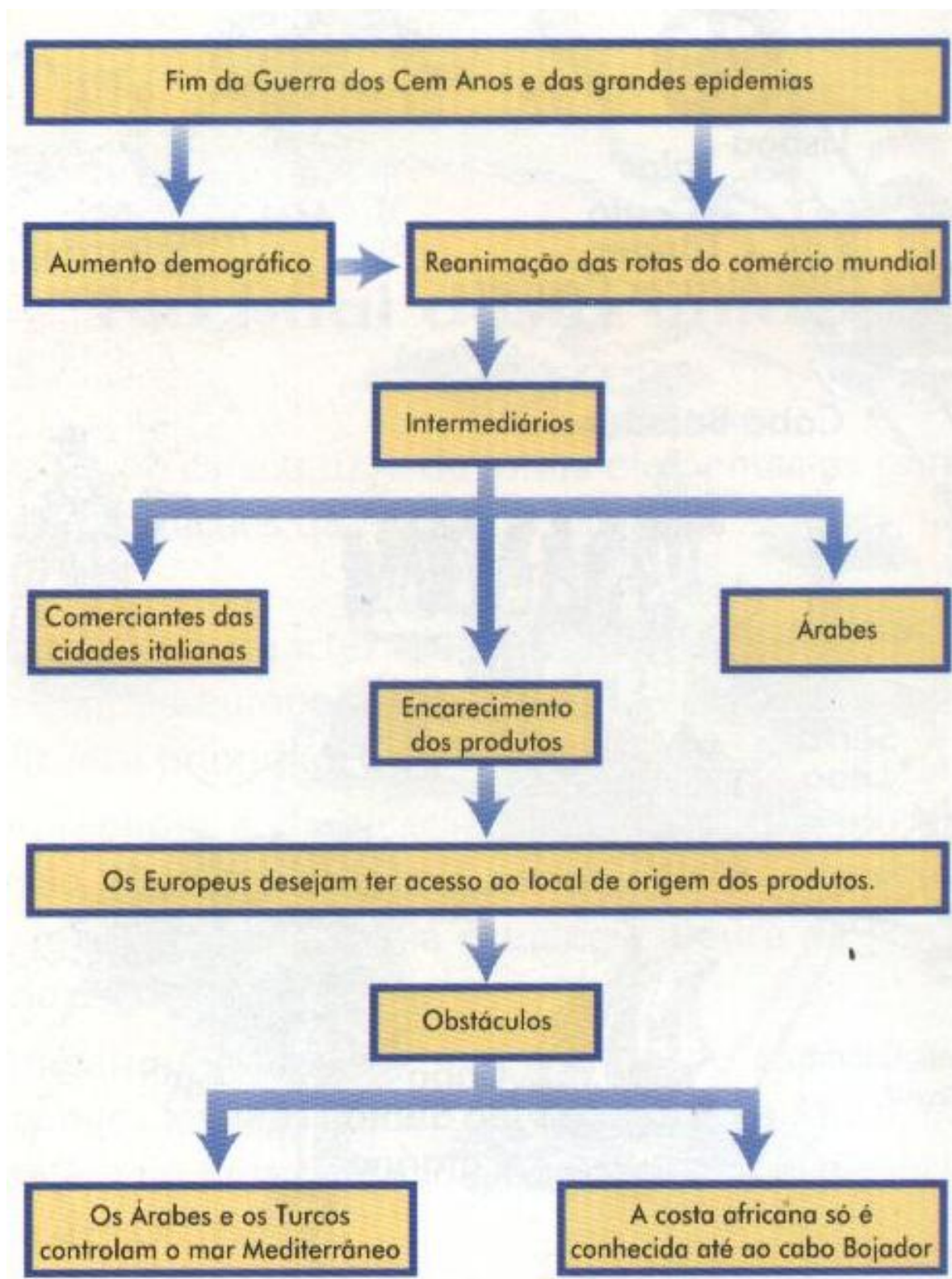


Fig. 1. Situação da Europa em meados do séc. XV

Fonte - *História – 8º Ano*, Ana Rodrigues Oliveira et alli, 1999, pág.14.

## 1.1 A expansão marítima/ Abertura ao mundo

“Não há apenas um, mas muitos «mundos» no início do século XV: são grandes e pequenos universos fechados que pouco ou nada sabem uns dos outros<sup>4</sup>”.

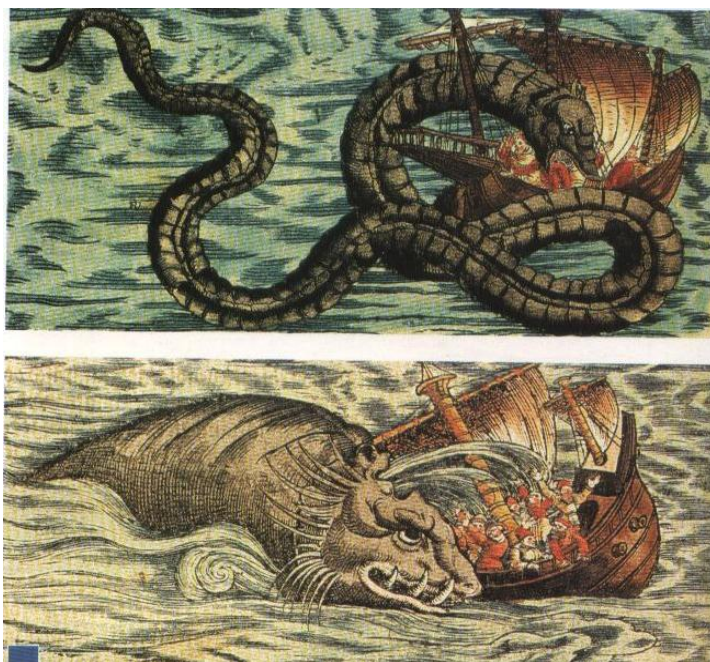
No início do século XV, os europeus tinham um conhecimento muito reduzido do Mundo. Eles consideravam o seu continente o centro do mundo e só conheciam o norte de África e a Ásia menor. Por isso, além de ignorarem a existência de vastas áreas, como o continente americano, do sul da África e da Oceânia, tinham uma informação muito deficiente, fantasiosa das outras áreas, trazidas pelos viajantes esporádicos.

Estes tomavam como verdadeiras uma infinidade de lendas, algumas quase inacreditáveis. Foi assim que nasceu o mito do «mar tenebroso» e que cresceu o receio de enfrentar o desconhecido, habitado por animais/ Criaturas fantásticas (fig. 2 ). Sendo assim, em certos locais, o oceano estaria permanentemente mergulhado na escuridão e noutros, habitariam monstros com um só pé ou com cabeça de cão (fig. 3) e ainda que na região equatorial, a temperatura seria tão insuportável que fazia ferver as águas do mar.

Os mapas medievais reflectiam a mesma fantasia e falta de rigor. Não só ignoravam, naturalmente, a América, como representavam com grande incorrecção a África e a Ásia. Quase sempre prolongavam o continente africano até ao pólo Sul, considerando que os oceanos Atlântico e Índico eram incomunicáveis (fig. 4).

Fig. 2 Animais fantásticos

Fonte – Momentos - História 8,  
António Quaresma Coelho, 1999,  
pag. 10



<sup>4</sup>In: De *Todo o Universo*, Lázaro Luís, 1563



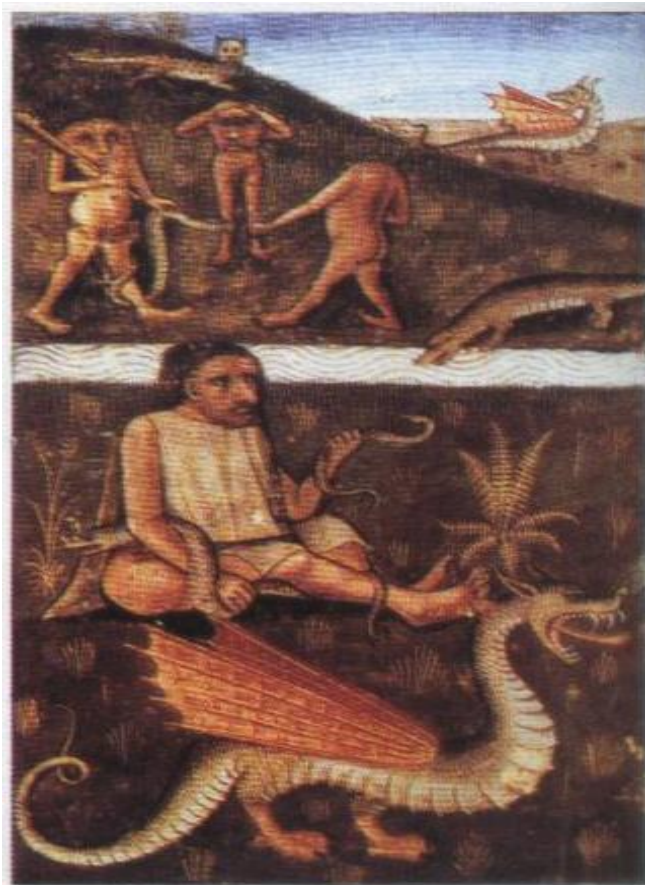


Fig. 3 Monstros da Índia

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, S/d, pág. 10.

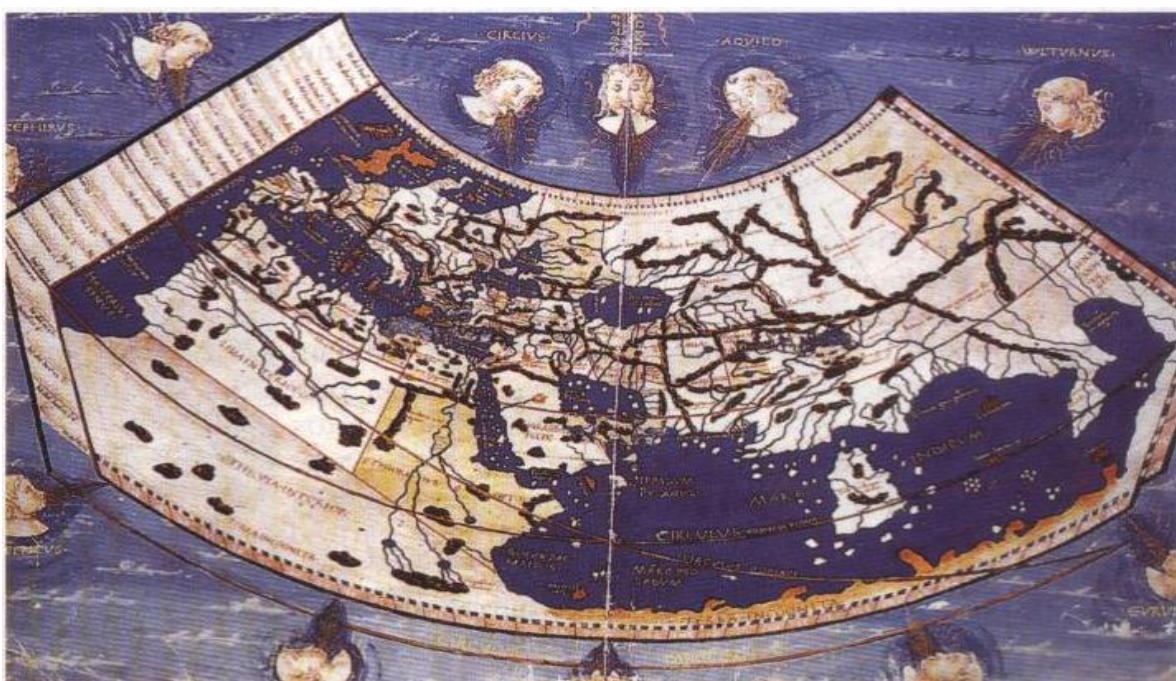


Fig. 4 Mapa – mundo do início do século XV

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, 1995, pág. 11.



### ***1.1.1. As motivações económicas da expansão na Europa***

No quadro da expansão marítima europeia destaca-se as motivações **económicas**, ligadas entretanto as **sociais** (Nobreza, Burguesia, povo), **as religiosas** (Clero) e as **políticas** (centradas nos interesses dos monarcas) como serão apresentadas mais à frente.

Num mundo em que muitas regiões se desconheciam entre si, foi a Europa que, ao expandir-se, desempenhou o papel mais importante na ligação entre os vários povos.

Quais as razões económicas dessa expansão?

- A necessidade de ouro, uma vez que o crescimento das trocas comerciais exigia cada vez maior quantidade de moeda. O ouro não abundava na Europa, ao contrário do que acontecia no continente africano, onde os comerciantes muçulmanos o obtinham em quantidades apreciáveis. Movidos pela “fome de ouro”, os europeus ambicionavam chegar directamente às regiões produtoras desse metal precioso (fig. 5)



Fig. 5 Caravana de Camelos

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, S/d, pág. 19.

- O desejo de ter acesso directo às especiarias e aos produtos de luxo do oriente, que também só se conseguiam obter na Europa por intermédio dos Muçulmanos (fig. 6)

Fig. 6 Comprando Pimenta

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, S/d, pág. 18.



- A Crise do século XIV como já foi referida antes, que foi provocada pela peste negra, pela guerra dos cem anos e pelas fomes e várias epidemias.

A satisfação desses objectivos passava inevitavelmente pela expansão para lá das fronteiras da Europa. Embora essa necessidade fosse há muito sentida na Europa, a crise do século XIV, como já se referiu, tornara impossível a sua concretização. O projecto vai ser retomado, em força, no decorrer do século XV e nele os portugueses tiveram, um papel fundamental. Tudo isso porque precisavam:

- Controlar as especiarias vindas do mundo Oriental;
- Controlar as principais rotas comerciais da época que se encontravam nas mãos dos inimigos da fé cristã (os Árabes e os Turcos otomanos).

Além dos factores económicos que incitaram a expansão na Europa apresentados anteriormente, que pelos vistos eram os mais relevantes, é importante realçar aqui também - os sociais, os religiosos e os políticos, uma vez que esta expansão era do interesse de todos, o Clero, a Nobreza, a Burguesia, os monarcas e o próprio povo, pois viam em tudo isso a possibilidade de melhorarem a situação deixada pela crise económica do século XIV.

Se por um lado, o Clero pretendia ampliar a sua área de influência religiosa, aumentando assim as suas rendas, a Nobreza ansiava alcançar outros prestígios e alargar os seus domínios senhoriais, em virtude das novas acções de combate, por outro a Burguesia mostrava-se interessada na busca de novos mercados que lhe possibilitassem maiores lucros e, os monarcas em conquistar mais autoridade e outras influências e, finalmente o povo, maioritariamente camponeses, pescadores e assalariados urbanos ambicionavam melhorar as suas condições de vida, como se pode verificar na seguinte figura:

<b>Coroa</b>
— Reforçar o prestígio
— Resolver problemas económicos do Reino
— Ocupar a nobreza
— Combater os muçulmanos
<b>Nobreza</b>
— Obtenção de novos domínios
— Novos cargos e prestígio
<b>Clero</b>
— Expandir a fé cristã
— Aumentar o poder da Igreja
<b>Burguesia</b>
— Novos mercados
— Mais lucros
<b>Povo</b>
— Melhorar as condições de vida

Fig. 7- As motivações da expansão

Fonte – Momentos - História 8, António Quaresma Coelho, 1999, pág. 15

## ***1.2. As motivações da expansão em Portugal***

As motivações que incitavam a Europa a lançar-se na expansão faziam-se sentir do mesmo modo em Portugal, acrescidas de outras motivações específicas.

As principais eram de carácter socio-económico, como se poderá constatar nos pontos em baixo destacados:

- Os grupos sociais interessados nas actividades mercantis (a burguesia e parte da nobreza) queriam ter acesso:
  - Ao ambicionado ouro africano, às especiarias, ao açúcar e às plantas tintureiras, mercadorias caras e com grande procura nos mercados europeus;
  - Às fomes de abastecimento de escravos, essenciais num período de escassez de mão-de-obra;
  - As zonas produtoras de cereais.
- A nobreza ambicionava também aumentar os seus domínios senhoriais e obter novos cargos.

É de frisar que, a par destas motivações, encontramos as de ordem religiosa, que tiveram igualmente uma importância fundamental, pois numa época de profunda religiosidade, a maioria das pessoas e, sobretudo o clero, considerava ser sua obrigação contribuir para a expansão da fé cristã, através do enfraquecimento dos muçulmanos e da conversão de novos povos. E pode-se dizer que, para que a expansão fosse realidade, tiveram que se juntar aos factores sócio-económicos, os de ordem religiosa, como já se disse antes e, até os de ordem política, dado que a própria monarquia queria com esta expansão, conquistar maior autoridade e prestígio internacional, em detrimento de outras cidades como por exemplo Castela. Motivações ou factores esses que se resumem na figura anteriormente apresentada (fig. 7) e que se completam com a seguinte (fig. 8):



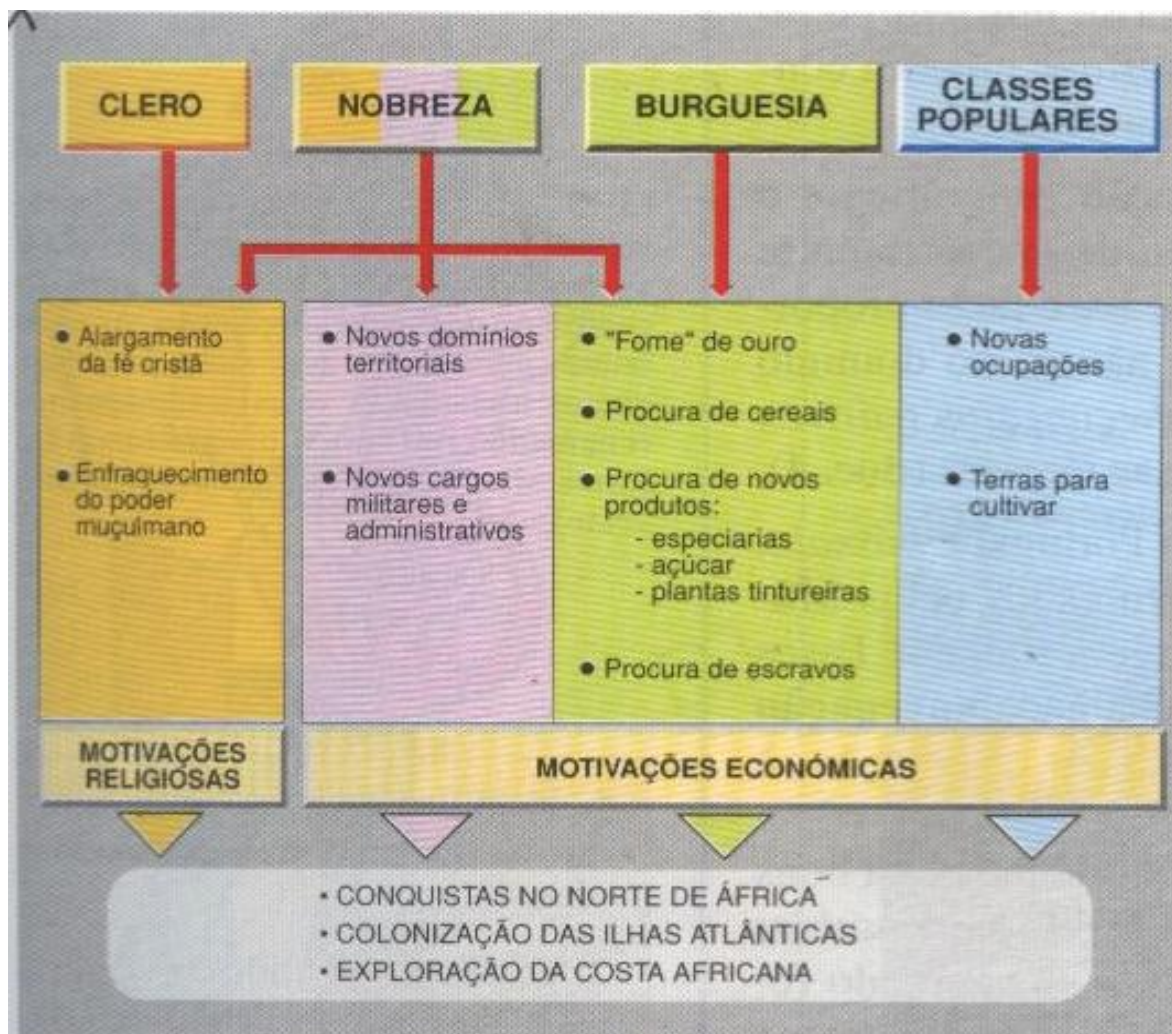


Fig. 8 As motivações da expansão em Portugal

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, 1995, pág. 11.

### 1.2.1 A prioridade portuguesa

“Coube aos Portugueses primeiro, aos Espanhóis depois, a fascinante aventura de romper essas barreiras, estabelecendo, através dos mares, uma rede de contactos entre povos<sup>5</sup>”.

Sendo as necessidades de expansão comuns a quase toda a Europa, por que razão foi Portugal o primeiro país a levar a bom termo a aventura das descobertas?

Tudo porque foi em Portugal que houve uma fusão entre as necessidades e as possibilidades. Assim, pode-se dizer que, o desejo geral de expansão teve ali as condições adequadas para se concretizar. Condições essas que a seguir passamos a destacar:

<sup>5</sup> In: *De Todo o Universo*, Lázaro Luís, 1563

- **As geográficas e políticas**

Portugal fica situado no extremo ocidental da Europa, perto da costa de África e dos arquipélagos atlânticos. Possui, além disso, uma longa fachada marítima e bons portos naturais.

Devido ao comércio a longa distância e às actividades piscatórias, existiam em Portugal marinheiros experientes, capazes de construir as tripulações nas viagens de descoberta.

Portugal era um dos poucos países da Europa a gozar de paz no início da dinastia de Avis, dera-se um reforço do poder régio e uma renovação dos quadros dirigentes.

Todos esses factores criaram condições favoráveis para iniciativas de carácter expansionista.

- **As técnico- científicos**

Portugal tinha sido, ao longo dos séculos, um ponto de encontro de várias culturas, incluindo a judaica e a muçulmana.

Esse facto proporcionara a Portugal o acesso a muitos conhecimentos e técnicas do domínio da navegação.

No século XIV, já tinham sido introduzidos em Portugal muitos objectos/ instrumentos que pertencem à ciência náutica como a bússola (fig. 9), o quadrante (fig. 10) e o astrolábio (fig. 11), divulgados pelos Muçulmanos, auxiliares essenciais para navegação astronómica, isto é, a navegação no mar alto, orientada pela posição de determinados astros.

O uso destes instrumentos exigia bons conhecimentos de astronomia e de cálculo matemático. Conhecimentos esses que tinham sido recebidos de sábios muçulmanos e judeus e que exigia, para além dos conhecimentos anteriormente ditos, por parte de quem o utilizava certas habilidades (ver figura 12).

No domínio da construção naval, foi em Portugal que se aperfeiçoou o navio das principais viagens de descoberta: a caravela (fig. 13). Trata-se de uma embarcação com leme fixo à popa e velas triangulares (velas latinas) que permitiam ao navio bolinar, isto é, navegar com ventos contrários.

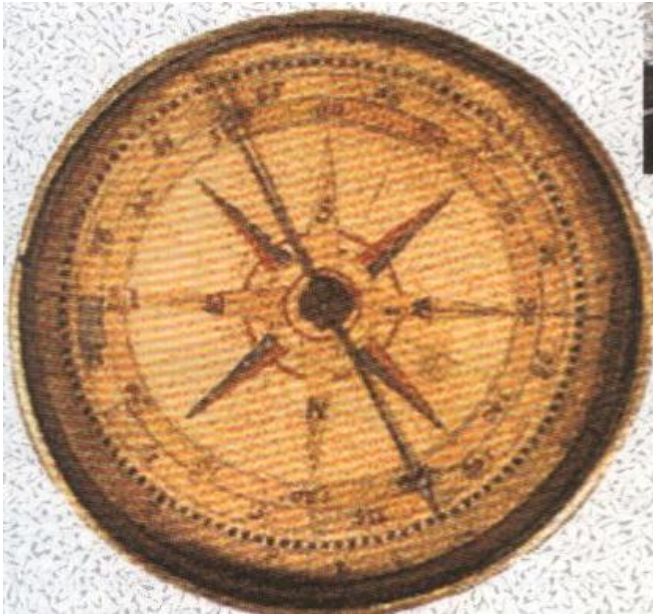


Fig. 9- A bússola

Fonte - *História 8 – 8º Ano*, Natércia Crisanto et alii, 1996, pág. 17

Fig. 10- O quadrante

Fonte - *História 8 – 8º Ano*, Natércia Crisanto et alii, 1996, pág. 17

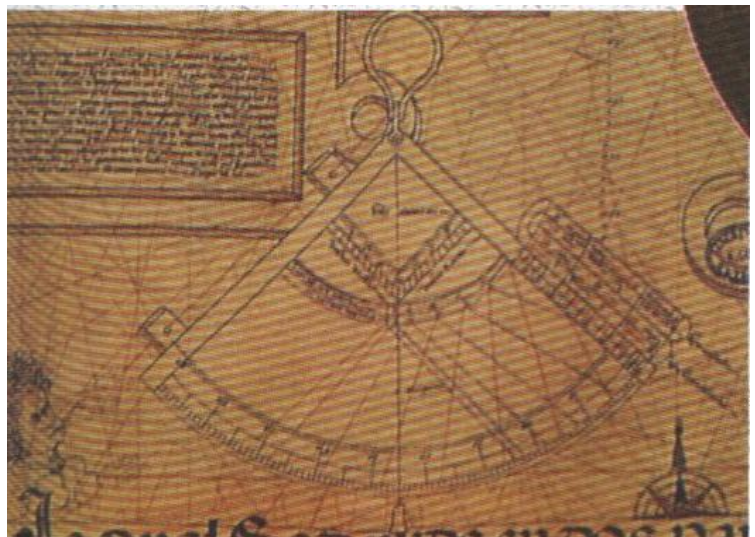


Fig. 11 Astrolábio

Fonte - *Novo ao encontro da História 8 – 8º Ano*, Pedro Almiro Neves e Valdemar Castro almeida, s/d, pág.14.



Fig. 12. A Utilização do astrolábio

Fonte -*História 8 – 8º Ano*, Maria Emília Diniz et alli, S/d, pág. 20.



Fig. 13 Caravela redonda (século XV)

Fonte - *Novo ao encontro da História 8 – 8º Ano*, Pedro Almiro Neves e Valdemar Castro almeida, s/d, pág.14.



### 1.2.2 A expansão marítima portuguesa

“Os Portugueses ousaram desafiar o Grande Oceano. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos, novos céus e novas estrelas<sup>6</sup>”.

Portugal logo percebeu que o seu futuro não estava no comércio terrestre, obstruído pela Espanha - em luta contra os árabes e governada por um inimigo, o Mediterrâneo se achava inteiramente dominado pelos italianos (venezianos e genoveses), que monopolizam o comércio das especiarias com os árabes, ampliando sempre mais suas rotas marítimas e terrestres, na distribuição dos produtos orientais. Os portos lusitanos, entre os quais Sagres, Lisboa e Porto, simplesmente tornavam-se escalas importantes das expedições marítimas que realizam o tráfico das especiarias orientais entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa. Assim, só restavam os caminhos do mar, vencendo desta forma a barreira do Atlântico e expandir seu comércio, o que passava pela exploração da Costa Africana mais próxima, onde se encontravam algumas cidades árabes de importância comercial.

Assim, em 1415, Ceuta foi vencida, o que foi muito relevante, porque:

- Foi o marco inicial da expansão;
- Constituía num importante ponto estratégico para o controle da navegação entre o mediterrâneo e o Atlântico;
- O local de abastecimento de ouro e especiarias, provenientes das cidades italianas, trazidas pelos mercadores muçulmanos;
- Era uma importante base de pirataria muçulmana e marroquina;
- Serviu dum meio para os nobres combaterem e conseguirem benefícios religiosos.

No entanto, verifica-se que esta conquista teve êxito apenas em questões militares, na medida em que, os muçulmanos ao sentirem-se ameaçados desviaram para outras cidades as suas actividades comerciais que até então chegavam a Ceuta. (fig. 14).

---

<sup>6</sup> In: *Tratado de Defesa da carta de Marear*, Pedro Nunes, século XVI – adaptado



Fig. 14 Cidade de Ceuta

Fonte – Momentos - História 8, António Quaresma Coelho, 1999, pág. 15

Como forma de resolver esta situação, os portugueses resolveram partir para outras conquistas ao longo do litoral africano, como é o caso de Tânger, Arzila e Alcácer. Tudo porque, tinham uma grande importância comercial em relação ao marfim, ouro e escravo. Mas a África era apenas o começo, pois a ambição era chegar às índias, dado que lá estava a “verdadeira riqueza”, de onde vinham, além de ricas sedas e brocados, as especiarias tais como pimenta, canela, cravo, gengibre, noz-moscada, essenciais para o sabor e conservação dos alimentos. Tudo isso rendia um bom dinheiro aos mercadores árabes que as forneciam e às cidades italianas que as negociavam com o resto da Europa.

Em 1453, os turcos penetram na Europa, tomam Constantinopla, e avançam até Alexandria e bloqueiam todo o comércio das especiarias, com o rompimento das linhas de abastecimento, surge a crise no mercado europeu.

Assim, era urgente descobrir um novo caminho para o Oriente, a fim de dominar esse rico mercado das especiarias e eliminar os intermediários muçulmanos, que passaram a ser o grande alvo da expansão marítima portuguesa. E tudo isso passava, é claro pela descoberta dum caminho directo para chegar às Índias.

Para terminar, é de destacar que, realmente por tudo aquilo que já foi dito e também pelas condições em que se vivia no início do século XV, onde poucos se conheciam e isso consequentemente dificultava o relacionamento entre as pessoas e a própria organização das sociedades, pois estas estavam desestruturadas por causa das sucessivas crises e guerras provocadas pelos factores anteriormente apresentados, todos os caminhos davam para o Oriente, pois ali estavam as soluções para todos esses problemas. E coube aos portugueses como já se disse, o pioneirismo, ou seja eles foram os primeiros a desmelindrarem estes caminhos, romperem as barreiras que se impunham na época, também pelas razões antes mencionadas.

## ***CAPÍTULO 2***

### ***A DESCOBERTA/ ACHAMENTO DO BRASIL***

Com este capítulo, como já disse não pretendemos debruçar-nos de uma forma profunda sobre tudo o que foi a descoberta ou achamento do Brasil, pois se assim fosse, estaríamos perante um trabalho de história e não de literatura.

Sendo assim, com este desejamos traçar uma trajectória lógica até chegarmos ao nosso objecto de análise – **A carta de Caminha** -, ou melhor, achamos ser importante seguir os passos do nosso autor, pois só assim conseguiremos alcançar a meta por nós traçada, uma vez que tudo o que será dito de seguida, teve uma importância crucial para a escrita do nosso objecto de análise. Por isso, neste capítulo abordaremos os aspectos que têm a ver com o descobridor do Brasil, constituição da sua armada, a viagem traçada e feita, a situação do Brasil antes e depois da chegada dos europeus, principalmente dos portugueses e finalmente sobre toda a polémica que existe à volta deste acontecimento.

#### ***2.1 O descobridor***

**Pedro Álvares Cabral** (fig. 15) - (Belmonte, 1467 ou 1468 - Santarém, 1520 ou 1526) foi um navegador português a quem D. Manuel I confiou o comando da segunda armada que mandou à Índia. É geralmente considerado como o primeiro Europeu a descobrir o Brasil (em 22 de Abril de 1500).

Fig. 15 Pedro Álvares Cabral (medalhão no museu da marinha – Lisboa)

Fonte - *Novo ao encontro da História* 8,8º Ano, Pedro Almiro Neves e Valdemar Castro almeida, s/d, pág.29.



Ele terá nascido em Belmonte, na província portuguesa da Beira Baixa. Foi o terceiro filho de Fernão Cabral, Governador da Beira e de Belmonte, e Isabel de Gouveia. Casou com Isabel de Castro, filha do nobre Fernando de Noronha. Ele deverá ter tido um excelente treino em navegação e muita experiência como marinheiro para merecer a confiança do Rei D. Manuel na continuação do trabalho de Vasco da Gama.

Partiu Cabral de Lisboa em 9 de Março de 1500, e, como se tivesse desviado a sua rota para descobrir novas terras, não tardou a encontrar a costa oriental da América do Sul, local onde mais tarde se formou o Brasil a 22 de Abril de 1500. Daí seguiu para a Índia.

No seu regresso, D. Manuel concedeu-lhe muitas honras, mas nunca mais utilizou os seus serviços. Pedro Álvares Cabral morreu esquecido em Santarém, uns dizem que era em 1520, outros que em 1526.

Foi-lhe erguido um monumento na cidade do Rio de Janeiro e outro em Lisboa, na Avenida que tem o seu nome (fig. 16).

Fig. 16 Estátua de Pedro Álvares Cabral

Fonte -*História – 8º Ano*, Ana Rodrigues Oliveira et alli, 1999, pág.30.



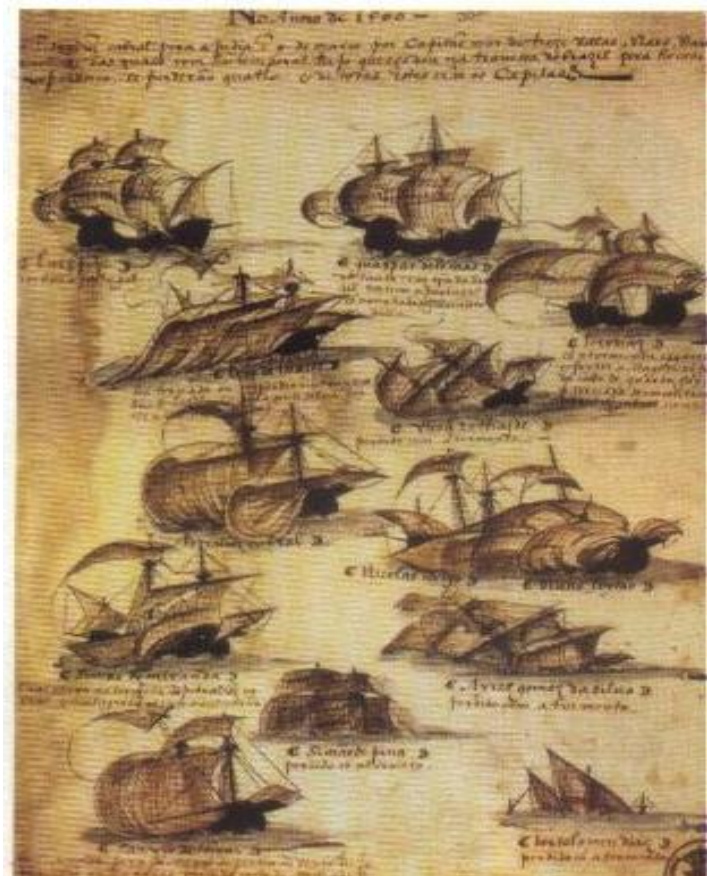


### 2.1.1 A armada

Confirmado o sucesso da odisséia de Vasco da Gama, o rei D. Manuel I depressa se aprontou em mandar aparelhar uma nova frota para a Índia, desta feita bastante maior. A nova frota era composta por treze navios, dez naus e três caravelas e mais de mil homens a bordo. Pela primeira vez liderava uma frota um fidalgo, Pedro Álvares Cabral, filho de Fernão Cabral, alcaide-mor de Belmonte.

Fig. 17 A armada de Pedro Alvares Cabral.

Fonte -*História 8 – 8º Ano*,  
Maria Emília Diniz et alli, S/d,  
pág. 20.



Da armada integravam-se ainda, alguns dos mais experientes navegadores da época: Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias, Sancho de Tovar, entre outros, além de 700 soldados, recrutados entre o povo.

Desta forma, vê-se que, esta tratava-se duma empresa náutica, mercantil e militar, financiada pela Coroa portuguesa, associada a capitais privados de banqueiros e mercadores italianos, constituindo-se assim num “pedaço flutuante de Portugal”, conduzindo gente de todos os estratos sociais, dos nobres aos degredados.

Sabe-se que a armada levava mantimentos para dezoito meses e, com o objectivo de instalar uma feitoria em Calecut e obter, pela diplomacia ou pelas armas, o monopólio do comércio da pimenta e da canela. Pouco antes da partida, mandou el-Rei rezar uma missa, no Mosteiro de Belém, presidida pelo bispo de Ceuta, D. Diogo de Ortiz, onde benzeu uma bandeira com as armas do reino e a entregou em mão a Pedro Álvares Cabral, despedindo-se pessoalmente o rei do fidalgo e dos restantes capitães.

Anteriormente, Vasco da Gama teria tecido considerações e recomendações para a longa viagem que se chegava, tais como a coordenação entre os navios, algo crucial para não se perderem uns dos outros, pelo que recomendou ao capitão-mor disparar os canhões duas vezes e esperar pela mesma resposta de todos os outros navios antes de mudar o curso ou velocidade (método de contagem ainda hoje utilizado em campo de batalha terrestre), entre outros códigos de comunicação semelhantes.

Considerações e recomendações estas que, de um certo modo não foram levados em conta, uma vez que alguns navios no decorrer da viagem se perderam da frota, como podemos ver no seguinte extracto da carta de Pêro Vaz de caminha:

“Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais<sup>7</sup>”.

Perda essa que ao assistirmos o filme “Caramuru - a invenção do Brasil”<sup>8</sup>, verificamos que foi por causa da ambição deste navegador, ou seja Vasco de Ataíde queria, primeiramente alcançar as minas de ouro e ser rico e ainda chegar ao Brasil antes de Pedro Álvares Cabral a fim de entrar na história como o descobridor da terra de Vera Cruz.

---

<sup>7</sup> In : A Carta de Pêro Vaz de Caminha, pág.1

<sup>8</sup> Filme editado em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, 2001.

### 2.1.2 A viagem

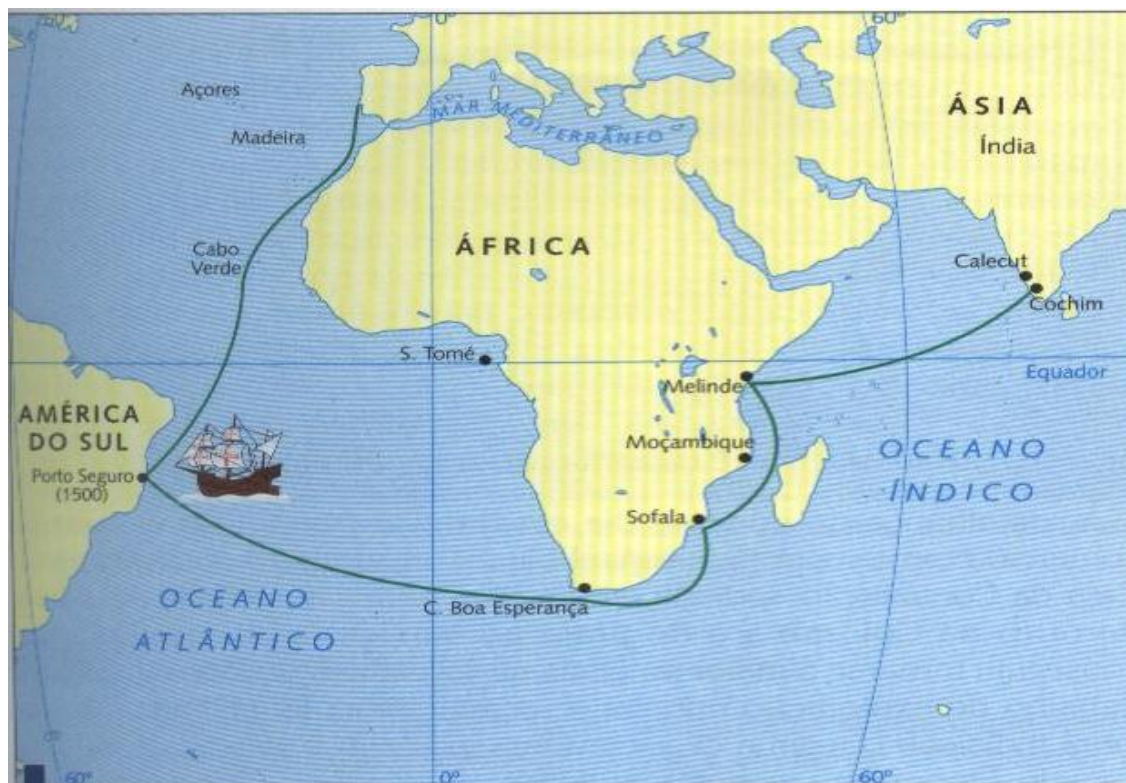


Fig. 18 A rota de Pedro Álvares Cabral

Fonte – Momentos - História 8, António Quaresma Coelho, 1999, pág. 33

A grande frota de treze navios, dez naus e três caravelas, partiu de Belém a 9 de Março de 1500, numa segunda-feira, com o objectivo formal de concluir relações comerciais com os portos índicos de Calecut, Candor e Sofala, iniciadas na viagem de Vasco da Gama, como já foi referido antes.

Pelo dia 14 do mesmo mês já se encontravam nas Canárias e no dia 22 chegavam a Cabo Verde. No dia seguinte desaparecia misteriosamente o navio de Vasco de Ataíde.

No dia 22 de Abril, acidente de percurso ou missão secreta de legitimação de posse, avistava-se «terra chã, com grandes arvoredos: ao monte». Ao grande monte, Pedro Álvares Cabral baptizou de Monte Pascoal e à terra deu o nome de Ilha da Vera Cruz - pensando ser uma ilha -, depois que descobriram ser um continente denominaram-na de Terra de Santa Cruz - hoje denominado Porto Seguro, no estado da Bahia. Aproveitando os alísios, a esquadra bordeja a costa baiana em direcção ao norte, à procura de uma enseada, achada afinal pouco antes do pôr-do-sol do dia 24 de Abril, em local que viria a ser denominado Baía Cabrália. Ali permaneceram até 2 de Maio, quando rumaram para a Índia, cumprindo seu



objectivo formal de viagem e deixando dois degredados e dois grumetes que desertaram. Estava iniciada a ocupação do Brasil por europeus.

Tudo isto, Caminha, numa linguagem realista e minuciosa, soube ilustrar na sua carta dirigida a el-rei D. Manuel I, essencialmente nas suas primeiras páginas, como podemos ver no seguinte extracto textual:

“A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã- Canária, e ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, havemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz”.

## 2.2 Período Pré-Descobrimento

O Brasil, quando descoberto pelos europeus em 1500, era habitado por aproximadamente cinco milhões de pessoas, que habitavam o país do norte ao sul. A população ameríndia brasileira era dividida em grandes nações indígenas, em vários grupos étnicos. Destacam-se os grupos guarani, tupiniquim e tupinambá.



Fig. 19 Detalhe de um mapa do Brasil

Fonte – História 8, Natércia Crisanto et alii, 1996, pág. 32

Do lado europeu, a descoberta do Brasil foi precedida por vários tratados – o de Alcáçovas (1479), o de Bula “Inter Coetera” (1493) e o de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, estabelecendo limites e dividindo o mundo, descoberto e para descobrir. O primeiro foi “perturbado” quando Cristóvão Colombo, numa viagem, ao serviço dos reis católicos, Isabel e Fernando de Espanha, descobre as Antilhas e, o segundo estabelecia que as terras descobertas e a descobrir a 100 léguas da ilha mais ocidental de Cabo Verde para o Oriente seriam dos reis portugueses e as a ocidente seriam dos reis espanhóis. O terceiro, o de Tordesilhas, assinado na cidade espanhola de Tordesilhas em 1494, como iremos ver na figura a seguir (fig. 20) é, de longe, o mais importante, por definir a porção que cabia a Portugal e ao Brasil durante boa parte do período em que o mesmo foi colônia portuguesa. Este dividia o

mundo descoberto e a descobrir em dois mundos - o mundo português e o espanhol – estabelecendo que as terras a leste do Meridiano situado a 370 léguas da mais ocidental ilha de Cabo Verde seriam posse do rei de Portugal, cabendo-se assim a Portugal a parte oriental (Guiné, Índia e outras terras do oriente) e as situadas a ocidente no Atlântico Sul (o Brasil), como se pode apurar da análise da figura 21.



Fig. 20 Assinatura do tratado de Tordesilhas

Fonte – História 8, Natércia Crisanto et alii, 1996, pág. 32





Fig. 21 Divisão do mundo segundo o tratado de Burla “Inter Coetera” e o de Tordesilhas

Fonte – História 8, Natércia Crisanto et alii, 1996, pág. 31

### 2.3 A chegada dos europeus

No dia 9 de Março de 1500, como já se disse anteriormente, o navegador português Pedro Álvares Cabral, saindo de Lisboa, inicia viagem para Índia, contornando a África, com a finalidade de chegar até Calecut, na Índia.

Tendo se afastado da costa africana na altura das Canárias, navegando tocado pelos ventos alísios em direcção ao ocidente para tomar posse em nome da Coroa Portuguesa da Ilha do Brasil, situada um pouco ao sul de terras descobertas por Américo Vespúcio em 1492 e provavelmente aquém da Linha de Tordesilhas, tratado antes mencionado.

Em 21 de Abril, da nau capitania avistou-se no mar, boiando, plantas e mais tarde pássaros marítimos, sinais de terra próxima e ao amanhecer de 22 de Abril ouviu-se um grito de "Terra à vista" onde aportaram tendo em 26 de Abril, um domingo, sido oficiada a primeira missa no solo brasileiro por frei Henrique Soares. Deram à terra o nome de Ilha de Vera Cruz no dia 1 de Maio quando com a segunda missa Cabral tomou posse das terras em nome do rei de Portugal, que recebeu as boas novas por cartas escritas por Mestre João e Pêro Vaz de Caminha. Levadas ao rei pela nau de Gaspar de Lemos, as cartas relatavam de forma

pormenorizada as condições locais e de seus habitantes que a partir daí foram chamados de índios. Cabral rumou para a Índia pela via certa que sabia existir a partir da costa brasileira.

Factos esses tratados por Caminha na sua carta, como se pode ver abaixo:

“E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o Monte Pascoal e à terra - a Terra da Vera Cruz.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro”.



Fig.22 Desembarque de Pedro Alvares Cabral na Baía do Porto Seguro.

Fonte – *Signos, 11º Ano – Ensino Secundário*, Vera Saraiva Baptista et alli, 1994, pág.199/206.

## **2.4 A polémica sobre o "descobrimento"**

A descoberta do Brasil suscitou, suscita e suscitará pelos tempos que hão-de vir muitas discussões, primeiramente pela utilização do próprio termo “descoberta”, na medida em que, com a chegada dos navegadores portugueses, não ocorreu um descobrimento propriamente dito, porque antes deles, o actual território brasileiro era habitado por uma população estimada entre um e cinco milhões de pessoas<sup>9</sup>, como já fora dito, pois acredita-se que foram os antepassados destas pessoas que realmente descobriram esta terra.

Sendo assim, a nosso ver o termo que mais se adequa a este acontecimento é “achamento”, pelas razões antes apresentadas e pelas outras que se seguem.

Para além destas contestações à volta de tudo o que foi dito antes, é de realçar que também existem várias teorias ou teses que defendem a forma como tudo isso aconteceu, ou seja, como é que o Brasil foi revelado ao mundo. De entre elas, duas se sobressaem:

- A tese ou teoria da Casualidade
- A tese ou teoria da Intencionalidade

Por um lado, a primeira defende que tudo passou-se por acaso, ou melhor, foi simplesmente uma eventualidade, pois foram os ventos e as correntes fortes que desviaram a rota da armada, fazendo com que esta chegasse a Terra de Vera Cruz, como lhe chamaram os portugueses nos primeiros momentos, por outro lado, a segunda advoga que tudo foi premeditado, propositado, porque sabe-se que Pedro Álvares Cabral não procurava um caminho seguro para a Índia, dado que este já era conhecido, por causa da anterior viagem de Vasco da Gama e, este e Cabral já tinham conversado dias antes da partida da esquadra de Cabral e até acredita-se que foi o próprio Vasco da Gama que traçou a rota; o tratado de Tordesilhas (1494), já mencionado, e além disso, outro português -Duarte Pacheco Pereira -, enviado pelo rei D. Manuel I, já tinha estado no Brasil antes de Cabral, mais precisamente em 1498. Entretanto, tudo isso foi mantido em segredo pelo governo português, que na altura enfrentava a concorrência dos espanhóis na conquista da América do sul<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> In : *Cronistas do descobrimento*, António Carlos Olivieri & Marco António Villa, pág. 3.

<sup>10</sup> In : *Cronistas do descobrimento*, António Carlos Olivieri & Marco António Villa, pág. 3.

Contudo, casual ou intencionalmente, o Brasil foi oficialmente “descoberto/achado” em 22 de Abril de 1500, por Pedro Álvares Cabral e sua armada<sup>11</sup>, como Caminha relatou na sua célebre carta, que fora citada anteriormente.

---

<sup>11</sup> In: *Momentos – História – 8 ano*, António Quaresma Coelho, pág. 32



## CAPÍTULO 3

### A CARTA DE CAMINHA NA SUA ÉPOCA

#### 3.1 A obra e seu autor

Fig. 23 A Carta de Pêro Vaz de Caminha.  
Fonte – *A Carta Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil*, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, 2000, pág.125.

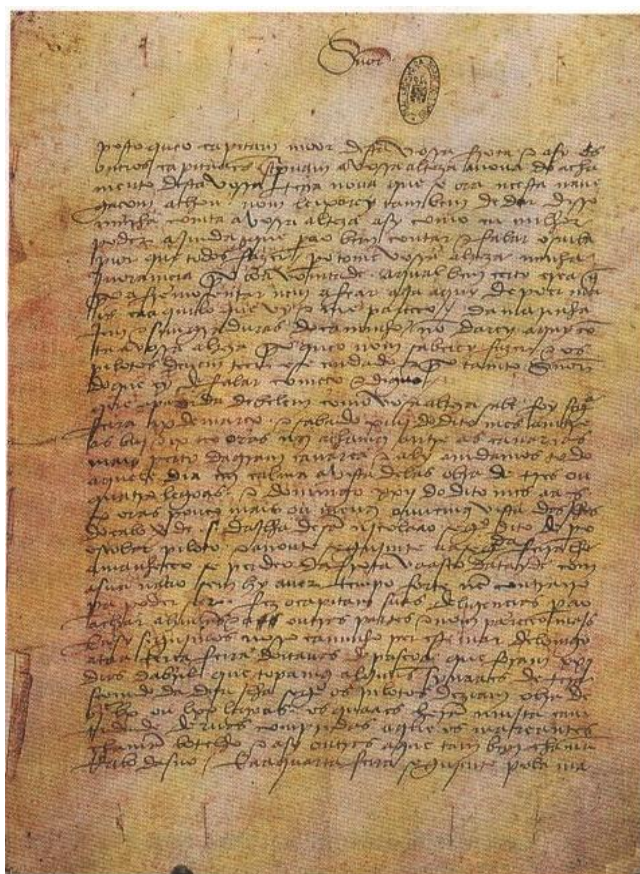
A carta a el-rei D. Manuel I, popularmente conhecida como carta de Pêro Vaz de Caminha, como já fora dito, é o documento no qual este autor registou as suas impressões sobre a terra que posteriormente viria a ser chamada de Brasil.

Esta subscrita pelo seu autor, na Baía de Porto Seguro, em 1º de Maio de 1500, consta de catorze fólios de papel,

todos escritos na frente e no verso com excepção do último, somando-se assim um total de 27 páginas, mais uma página de rosto, com as dimensões comuns da época: 211x295 milímetros, como dimensão do maior fólio.

Iniciada em 26 de Abril e concluída no dia 1 de Maio de 1500, foi enviada imediatamente para o rei por intermédio de Gaspar de Lemos, anunciando a boa nova da descoberta de terras.

Esta conservou-se inédita por mais de dois séculos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Em 1773 foi descoberta por José Seabra da Silva e noticiada pelo historiador espanhol Juan Baptista Munõz, contudo sem fazer uma análise aprofundada da





mesma. Em 1817, o padre/ geógrafo Manuel Aires do Casal publica-a no 1º volume da Corografia Brasileira.

A partir desta primeira publicação, a Carta de Caminha despertou grande interesse e conquistou enorme público leitor, conhecendo novas edições, novas leituras, novos estudos, palestras e traduções em outras línguas, tornando-se num documento raro, capaz tanto de fornecer informações sobre a viagem de 1500, a flora e os índios, com também esclarecer várias dimensões de mentalidade e dos interesses dos navegadores da Europa<sup>12</sup>.

Para Joaquim Veríssimo Serrão (1999), este documento acompanhou um singular destino, desde o seu envio, em 1 de Maio de 1500, da baía de Porto Seguro, até se haver tornado, meio milénio decorrido, na certidão de baptismo da terra de Vera Cruz. E numa linguagem de singelo realismo, Caminha deu notícia ao monarca da viagem desde a saída do Tejo, em 9 de Março, até ao momento de a frota seguir em direcção ao oceano Índico. E foi assim que o nome de Pêro Vaz de Caminha veio a entrar na história como o arauto “desta nova terra achada”.

Mas afinal, quem foi, pois, Pêro Vaz de Caminha?

Como já se disse anteriormente, Caminha impõe-se como autor privilegiado das fontes para a História, não só do Brasil, mas também de Portugal.

Segundo Manuela Mendonça (1999), é tarefa difícil dar resposta à questão apresentada, pela escassez de informação e, torna-se um desafio pelo muito que exige de criatividade sustentada. E se Caminha tivesse sido uma figura de relevo no seu tempo, hoje não nos debateríamos com tanta omissão acerca da sua vida. E termina dizendo que, cabe-nos hoje esboçar os traços fundamentais da sua biografia.

Sendo assim, das fontes consultadas e, das informações a que tivemos acesso, ficámos a saber que: Pêro Vaz de Caminha terá nascido provavelmente na cidade do Porto, Portugal, em meados do século XV, de família burguesa, filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro do Duque de Bragança.

---

<sup>12</sup> In: *Comentários adaptado do livro Brasil 1500: quarenta documentos*, de Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, Brasília, UnB, São Paulo, imprensa do estado de São Paulo, 2001.

Em 1476, substitui o pai na função de mestre da balança da Casa da Moeda, conforme documento régio de 8 de Março de 1476. Cidadão honrado, cavaleiro da casa real, comerciante e escrivão da Feitoria de Calecut, na Índia, para ali desempenhar o ofício de feitor.

Casou-se com Dona Catarina Vaz e, dessa união nasceu a filha Isabel, que se casou com Jorge de Osório, que pelos malefícios praticados, foi degredado para São Tomé e Príncipe e, por intercessão de Caminha, seu sogro, foi perdoado.

Integrante da armada de Pedro Álvares Cabral e, participou no descobrimento/achamento do Brasil. Nesta viagem, segundo a mesma autora citada antes, deslumbrado com o novo mundo encontrado, escreveu ao monarca D. Manuel I, de Portugal, uma carta, datada de 1º de Maio de 1500. Carta essa que, ainda segundo esta autora, constitui hoje o documento precioso que nos põe em contacto com a original terra de Vera Cruz, testemunho material que fez nascer para a história e imortalizou o seu autor.

Para Capristano de Abreu (...) é a certidão de nascimento do Brasil. Essa missiva conta sobre a terra e sobre aqueles que a habitavam.

Dados de sua vida anterior a 1500 mostram que era um homem integrado às lides do concelho do Porto e um burguês de boa estirpe. Participou da Batalha de Toro, comandando as tropas dessa cidade. Foi ainda cavaleiro das Casas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.

Morreu na Índia, durante um assalto dos mouros à feitoria de Calecut, em 15 de Dezembro de 1500.

### 3.2 Objectivos da Carta e seu destinatário

“Caminha não era o escrivão oficial da armada de Pedro Álvares Cabral, cargo ocupado por Gonçalo Gil Barbosa. Ele fora designado como contador da feitoria de Calecut<sup>13</sup>”.

“Este navegante não levava qualquer missão de comando, a não ser a atribuição do ofício de feitor de Calecut, pelo que a sua carta foi escrita a título privado<sup>14</sup>”.

As citações acima transcritas deixam-nos entender que não era de Caminha esta tarefa, a de escrever a referida carta, mas sim de Gonçalo Gil Barbosa, que era realmente o escrivão oficial da frota comandada por Pedro Álvares Cabral e, então era ele que deveria fazer isso, ou seja escrever a carta com o intuito de dar ao seu superior a notícia da descoberta de novas terras, a fim de exercer as funções que lhe foram confiadas.

Mas, então porquê que foi Caminha a escrevê-la, ou melhor, com que objectivo é que ele fez isto? Será apenas para dar a boa notícia da descoberta da nova terra, como podemos ver na seguinte passagem do texto?

“Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que para o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu. Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo”

Vê que, Caminha tinha primeiramente o objectivo de comunicar ou transmitir ao rei (seu destinatário), a sua própria observação e opinião acerca do acontecimento em curso « achamento da nova terra».

Mas será que, era apenas este o objectivo de ele se dirigir à sua Alteza?

---

<sup>13</sup> In: *Objectivo: Sistema de métodos de Aprendizagem, Literatura I*, Fernando Teixeira de Andrade, pág. 1

<sup>14</sup> In: *A carta de Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil*, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, pág. 9

Vejamos, a seguinte passagem do mesmo texto:

“E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d'Ela receberei em muita mercê”

Abonando-se nesta passagem, vê-se que, para além de um objectivo colectivo – o de informar ao rei o achamento da nova terra descoberta, como já se disse - Caminha tinha fortes motivos pessoais para dirigir-se ao rei – o de buscar, por exemplo o perdão real para o seu genro, condenado ao degredo na ilha de São Tomé, por causa dos malefícios praticados por este, cinco ou seis anos antes.

### ***3.3 Importância da Carta de Caminha***

Ao analisarmos a carta de Caminha e todos os estudos feitos sobre a mesma, nota-se que estes dão relevância a dois tipos de importância: a histórica e a literária.

Na importância histórica, verifica-se que todos os autores que se dedicaram ao estudo deste documento são consensuais, visto que partilham de uma mesma opinião, pois acham que esta carta tem uma importância imprescindível para a história do Brasil e ainda, porque nela o autor faz um pouco de tudo: observações sobre a viagem, sobre a nova terra descoberta, sobre os indígenas (estilo de vida, comportamentos, atitudes...), como se pode depreender das opiniões dos autores que se debruçaram sobre o referido texto, que se passa a citar:

Para Joaquim Veríssimo Serrão, citado por, Manuela Mendonça:

“ a carta de Pêro Vaz de caminha não representa apenas uma fonte histórica, mas o próprio documento transformado em história”.

Por sua vez, Capristano de Abreu, também citado por Manuela Mendonça:

“Ela constitui como que a certidão de baptismo desse novo mundo, isto é, o diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura”.

Opinião essa que é também comungada pela Maria Aparecida Ribeiro (1994).

Jaime Cortesão (1967), citado por José Augusto Seabra (2000):

“ a carta de Caminha é o “auto oficial do nascimento do Brasil e do Novo Mundo”.

A professora Universitária Bianca Campello (2008) diz:

“ a carta é o primeiro texto acerca do Brasil, o que lança a discussão a respeito de que lugar é esse e quem são esses que o habitam”.

Também, assim como estes, outros autores e estudiosos da literatura brasileira, como são o caso de Massaud Moisés (1983), Alfredo Bosi (1992), Afrânio Coutinho (2001) e outros, a carta de Caminha tem um papel muito importante na história do Brasil, pois através dela a Europa e o mundo ficaram a conhecer os primeiros tempos e momentos da História, Geografia e Etnografia brasileira.

Em termos de importância literária, vê-se que também estes comungam de uma mesma opinião, dado que consideram que esta carta teve um papel preponderante na história da literatura brasileira.

Vejamos o que é que dizem a esse respeito:

Afrânio Coutinho (2001) afirma:

“essa literatura tem início com a Carta de Pêro Vaz de Caminha, secundada pela Carta de Américo Vespuccio e pelo Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa”.

Ainda acrescenta:

“nossa evolução literária permite encontrar em todas as épocas transição simultânea: a carta de Pêro Vaz de Caminha, que inicia entre nós a literatura de conhecimento da terra, é que é, por isso mesmo, o primeiro e eminente documento de uma inesgotável brasiliana, parece ter sido o prelúdio comum a toda coisa escrita brasileira”.

Massaud Moisés (1983) considera que:

“ A história da Literatura brasileira inicia-se em 1500, com a Carta de Pêro Vaz de Caminha. E entre 1500 e 1601, quando Bento Teixeira publica seu poemeto épico, *Prosopopeia*, transcorre a época de formação e origens”.

Segundo Maria Aparecida Ribeiro (1994), com a sua carta, Caminha forneceria uma espécie de mote a toda uma literatura, mesmo quando no Brasil se começou a escrever sob uma óptica nacional<sup>15</sup>.

E ainda afirma:

“ a carta lança a semente do que será a outra marca da literatura – o Cristianismo”.

A professora Universitária Bianca Campello (2008) que fora anteriormente citada afirma que:

“ a Carta de Caminha é o documento de maior destaque da literatura de informação do Quinhentismo brasileiro”.

Para estes autores, antes citados e, para todos os outros que se debruçaram sobre este documento e seu autor, este teve um papel crucial na história da literatura brasileira, contudo é

---

<sup>15</sup> In: *História da Literatura Brasileira*, Maria Aparecida Ribeiro, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, pág. 17.



de se notar que estes entram em contradição, divergências no que diz respeito ao nível de literariedade do mesmo, condição *sine qua non*, para que uma obra ou uma mensagem verbal seja literária, segundo Romam Jakboson pois alguns consideram que este documento, por pertencer à literatura informativa, também chamada de literatura dos viajantes ou dos cronistas, tem um cariz meramente descritivo e, como tal, sem grande valor literário, mas também há outros que consideram o contrário, como podemos depreender das seguintes citações:

Alfredo Bosi afirma:

“ Os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crónica histórica”.

Jaime Cortesão (1967), citado por, José Augusto Seabra contraria, dizendo o seguinte:

“Para além do seu estatuto histórico, que decorre das funções próprias do seu autor é a linguagem em que esta está escrita é que a configura um texto de grande qualidade literária”.

A Carta de Caminha é o relato mais rico e confiável da primeira semana após o descobrimento. É um diário atípico, ou uma crónica de viagem, revestida das características estilísticas da literatura de informação ou de viagem do Quinhentismo: a linguagem clássica, simplificada pela necessidade de tratamento objectivo da matéria; clareza; simplicidade; realismo nas observações; crítica equilibrada e, dentro do espírito humanista, uma constante curiosidade e uma persistente capacidade de maravilhar-se<sup>16</sup>”

Sobre este assunto, Afrânio Coutinho diz o seguinte:

“ É perfeitamente compreensível que os navegantes, através de seus relatórios, diários de navegação, cartas, etc., procurassem apenas descrever os seus feitos que visavam o desenvolvimento económico da colónia e, conseqüentemente, do Reino. Tais documentos, embora destituídos de conteúdo literário, formaram as bases para o estudo de nossa história, de nossa Geografia e de nossa Etnografia”.

Por sua vez, Massaud Moisés diz:

---

<sup>16</sup> In: *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, João de Nicola, S. Paulo, Spicione, 1998, pág. 79.

“No conjunto, a actividade literária do nosso Quinhentismo serve aos fins da Companhia de Jesus, e por isso ignora, salvo incidentalmente, propósitos de arte desinteressada: prevalece, regra geral, a intenção doutrinária ou pedagógica sobre a estética propriamente dita”.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, dirigida ao rei D. Manuel I sobre o achamento do Brasil, além do seu inestimável valor histórico, é um trabalho de bom nível literário<sup>17</sup>, o que entra em contradição com a seguinte citação:

“Não se pode falar em literatura ou actividade literária em sentido próprio, no Brasil do século XVI. As crónicas de viagem e os escritos informativos, inseridos no âmbito da expansão ultramarina portuguesa, carecem de literariedade. Pertencem mais ao campo da História e são lavrados em linguagem denotativa, referencial pela necessidade de tratamento objectivo dos assuntos. Esses escritos são prolongamento da literatura de viagens, género largamente cultivado em Portugal e em toda a Europa no Quinhentismo. É literatura sobre o Brasil, pré-história das nossas letras, que alguns autores omitem da nossa história literária por escrúpulo estético, dada a inexistência da palavra-arte<sup>18</sup>”.

Ainda, é de notar que, segundo alguns autores, encontramos na carta as preocupações que determinaram as duas manifestações literárias do Quinhentismo brasileiro, por um lado, a literatura informativa, com os olhos voltados para a conquista dos bens materiais (ouro, prata, ferro, madeira, ...) e, por outro, a literatura dos jesuítas, voltada para a conquista espiritual, ou a dilatação da fé cristã<sup>19</sup>, como podemos deduzir nos seguintes fragmentos textuais:

“Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os

---

79. <sup>17</sup>In: *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, João de Nicola, S. Paulo, Spicione, 1998, pág.

<sup>18</sup>In: Apostila do Curso e Colégio Energia número 1, 1ª série do 2º grau, 1999

79. <sup>19</sup>In: *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, João de Nicola, S. Paulo, Spicione, 1998, pág.

degradados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim”.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé”.

Por fim, é claro que nós, a semelhança dos autores antes citados, não contestamos nem a importância histórica nem a literária do documento em análise, porém é de reflectir um pouco mais sobre o grau dessa literariedade, uma vez que o que está em causa não é o seu valor histórico e nem o literário, mais sim a grandeza da sua literariedade e, tudo isso ficará esclarecido depois da análise do mesmo que se segue.

### 3.4 Análise do documento

“ A Carta de Pêro Vaz de Caminha, dirigida ao rei D. Manuel I sobre o achamento do Brasil, além do seu inestimável valor histórico, é um trabalho de bom nível literário<sup>20</sup>”.

Como já se disse antes, a carta de Caminha é considerada, para muitos autores um documento com mais valor histórico do que literário, mas também estes não deixam de fora o nível literário da mesma, como se pode ver na afirmação acima transcrita.

O objectivo principal deste ponto do capítulo três é o de analisar o grau de literariedade do referido documento.

Assim sendo, começamos por perguntar: O que é que faz de um texto, um texto literário, ou melhor o que é um texto literário?

Vejamos o que dizem alguns teóricos da literatura sobre esta questão.

Victor Aguiar e Silva (1999) diz que:

“ O texto literário constitui um objecto sintáctico e semântico, dotado de uma certa intencionalidade pragmática, que um emissor/autor realiza através de um acto de enunciação frequentemente, através de múltiplos e sucessivos actos de enunciação, regulado pelas normas e convenções do sistema semiótico literário e que os seus receptores/leitores decodificam e interpretam, utilizando códigos apropriados e estratégias hermenêuticas adequadas”.

Por sua vez, Maria Carmo e M. Carlos Dias (1980) afirmam que:

“O texto literário é todo o texto que podemos registar uma linguagem essencialmente conotativa e, em maior ou menor grau, a ausência do referente, o fechamento e a produtividade, pois este é dinâmico, não estático”.

Finalmente, Roman Jakobson considera que:

“Um texto é literário quando possui a literariedade”.

A literariedade é segundo ele, o que faz de uma determinada obra uma obra literária.

---

<sup>20</sup> In: *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, João de Nicola, S. Paulo, Spicione, 1998, pág. 79.

Desta forma, as conclusões que se podem tirar das acepções acima apresentadas são as seguintes: Um texto é literário quando:

- É sobretudo marcado pela escrita;
- Configura um universo de natureza ficcional, instituindo um quase mundo imaginário;
- Apresenta coerência do ponto de vista semântico e técnico-compositivo;
- Tem uma linguagem essencialmente conotativa;
- É dinâmico;
- Possui a literariedade;
- É intertextual;

Tendo em evidência tudo o que foi dito antes, lançamos as seguintes questões:

- Será que a carta de Caminha não se encontra neste grupo de textos?
- Será que a carta de Caminha não tem um fundo ficcional?
- Será que a carta de Caminha não possui a literariedade? Se sim, qual é o grau dessa literariedade?
- E quanto à intertextualidade, o que é que podemos dizer em relação à carta?

Dar respostas a estas questões, torna-se mais que evidente, mas obrigatório fazer uma análise aprofundada do documento e, para fazer isto, abordaremos essencialmente três aspectos: a imagem que caminha constrói do outro (índios), as tradicionais categorias da narrativa (partindo do princípio que estamos a analisar uma obra de ficção) e finalmente, a linguagem utilizada.

Logo à primeira, vê-se que sobre os corpos dos índios e das índias que recai o olhar atento e fascinado do nosso narrador, descrevendo-os da seguinte maneira:

“Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte



que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar. Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós.

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”.

Nota-se aqui que Caminha, evidencia a nudez, a robustez, a saúde, a inocência, a não circuncisão, a falta de anomalias fisiológicas e a utilização de ornamentos excêntricos (os ossos, as perucas postiças, desenhos em forma de xadrez...) dos homens e, nas mulheres assinala a formosura e beleza e, até comparando-as com as portuguesas. E deixando de fora o significado destes objectos e sinais, Caminha aventura-se a fazer algumas comparações interculturais, quando descreve o “Pajé” equiparando-o à figura de São Sebastião mártir<sup>21</sup>, como se vê no seguinte extracto textual:

“Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beijos. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beijos furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por louçainha todo cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia asseado como S. Sebastião”.

---

<sup>21</sup> In: *A carta de Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil*, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, pág. 9.

Prosseguindo, Caminha descreve também aqui, o primeiro contacto entre os portugueses e o outro (índio). Encontro esse que apesar de ter sido preparado com os habituais sinais exteriores de poder e majestade: o traje e as jóias do capitão-mor, o estrado elevado e a cadeira em que ele se senta e as tochas acesas e também da falta de entendimento a partir da linguagem por causa do ruído que o mar fazia ao quebrar na costa, o que foi esclarecido no dia seguinte de que não se tratava disso, mais sim o não falar de uma língua conhecida dos portugueses, não foi conflituoso, mais sim de festa e prazer, como nos diz Caminha. Vejamos como é que ele faz isto:

“O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém”.



Fig. 24 1º contacto entre os Portugueses e os índios, na Capitânia de Pedro Alvares Cabral.  
Fonte – A Carta Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, 2000.

Um facto que merece aqui também destaque, é o que Jaime Cortesão (1967), chama de “exame cultural”, aquilo que os portugueses fizeram com os dois indígenas que se

encontravam à bordo da nau do capitão e ao longo de todo o tempo que estiveram ali na terra de Vera Cruz: primeiramente com a troca de objectos, o que foi compreendido e teve o seu eco, como forma de buscarem um entendimento mútuo, segundo Margarida Garcez Ventura.

“Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira...”

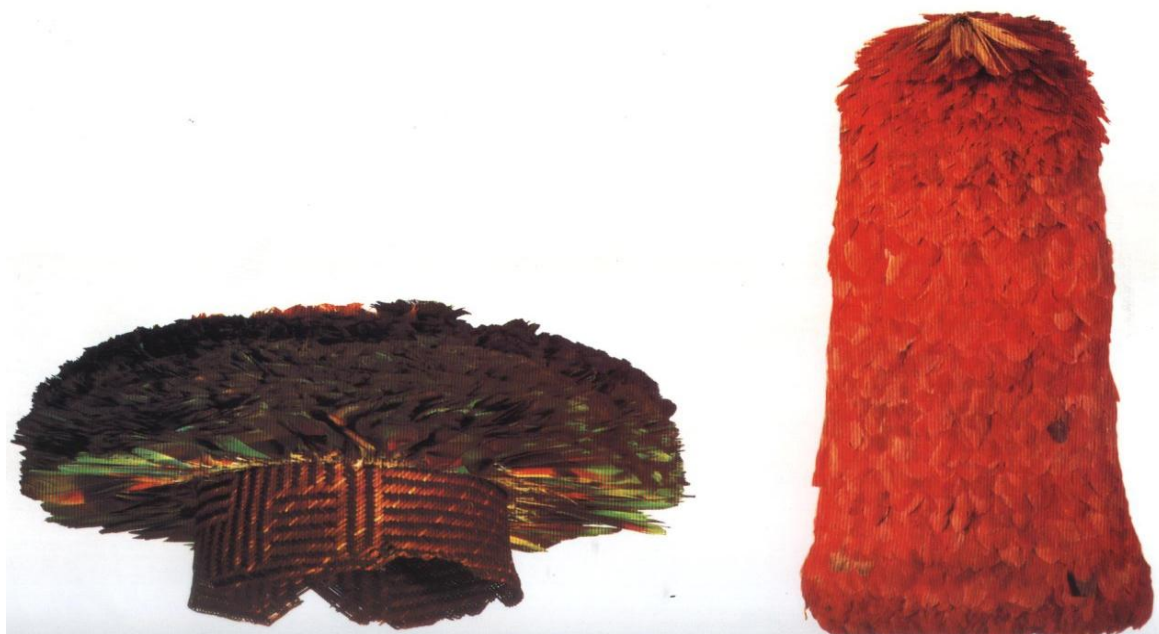


Fig. 25 Objectos trocados

Fonte – A Carta Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, 2000.

De seguida, os tripulantes incluindo o nosso autor, começaram a tirar ilações ou a fazer interpretação dos sinais dos dois indígenas.

“Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Segue depois a exibição de animais: estes recebem-nos com naturalidade, indiferença, medo e admiração, como se pode ver no seguinte extracto textual

“Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali.

Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados”.

Posto isso, segue-se a apresentação da variada comida, do vinho e da água, que pelos vistos não foram apreciados:

“Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora”.

Finalmente, o nosso narrador observa-lhe o sono, ou seja a forma de dormir:

“ Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por não a quebrar. E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram”.

O escrivão português foi minucioso na elaboração do seu inventário de diferenças, incluindo não somente pessoas, mas animais, plantas, relevo, vegetação, clima, solo, produtos da terra. O texto do escrivão foi além, pois ele reuniu o que viu, às categorias que construiu e completou o ciclo, dado que, no final de seu texto, propõe ao rei caminhos concretos para o aproveitamento do território e de seus habitantes, a saber: o «desenvolvimento da agricultura e a cristianização dos índios<sup>22</sup>» como se pode depreender dos seguintes extractos textuais:

“De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito fremosa. Nela até agora não pudemos saber que haja ouro nem prata... porém a terra em si é de muitos bons ares assim frios e temperados como os de Entre-Doiro-e-Minho. Águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar - dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem, porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

---

<sup>22</sup> In: *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, João de Nicola, S. Paulo, Spicione, 1998, pág. 79.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé”.

Em suma, é de salientar aqui a forma como ele descreve as virtudes da terra e da sua gente, a que José Veríssimo chamou de ufanismo ou nativismo<sup>23</sup> que consiste na exaltação geralmente exagerada de tudo, que veio a tornar-se numa das características essenciais da literatura brasileira, essencialmente do Barroco, Arcadismo, Romantismo e até da primeira geração do Modernismo. E é esta forma de descrever tudo, o mar, a costa, as montanhas e as planícies, as plantas, os animais que viviam na terra, nas águas e no ar, os acidentes geológicos, o sol ardente do meio dia, o clima e o homem, através da comparação, como faziam os cronistas Gomes Eanes de Zurara, Garcia de Resende, Gaspar Correia, João de Barros, entre outros, é que faz dele um homem apetrechado para observar, mesmo uma realidade diferente da que os seus olhos estavam acostumados a ver e o primeiro cronista do Brasil, apesar de não ser brasileiro, pois o Brasil encontrou o seu primeiro cronista no dia que foi revelado ao mundo<sup>24</sup>.

Esclarecida a forma como Caminha descreve o outro, nesse caso específico o índio, passemos agora ao segundo aspecto da nossa análise: **as categorias narrativas** (definida como sendo os elementos que participam na construção de uma narrativa). Importa-se realçar

---

<sup>23</sup> In: *Objectivo: Sistema de métodos de Aprendizagem, Literatura I*, Fernando Teixeira de Andrade, pág. 1

<sup>24</sup> In: *A carta de Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil*, Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura, pág. 9.



aqui que, tudo isso será feito como já se disse, indo-se do princípio de que a carta se trata de uma obra de ficção.

Contudo, antes de se proceder a análise narrativa da obra, consideramos ser pertinente esclarecer o conceito de narrativa.

Antes de mais, convém salientar de que este é ambíguo e de longa história.

Vejamos o que dizem alguns teóricos da literatura sobre isto.

Segundo Gerard Genette (...) existem três noções distintas para este termo:

- “A narrativa designa o enunciado narrativo, ou seja o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos”;

- “ A narrativa designa a sucessão de acontecimentos reais ou fictícios, que constituem o objecto desse discurso e as suas diversas relações de encadeamento”;

- “A narrativa designa o acontecimento, não aquele que se conta, mas aquele que consiste em alguém contar uma coisa, ou seja o acto de narrar, tomado em si mesmo”;

Para Tzvetan Todorov (...) estabelecendo um conteúdo semântico para o conceito em análise, diz o seguinte:

- “ A narrativa é igual ou como a história e, enquanto história a narrativa estuda a lógica das acções, ou seja a personagem e as suas relações”.

Ainda acrescenta:

- “A narrativa designa um texto referencial, ou que aponta para os referentes com temporalidade representada, ou seja é um texto que se escreve no tempo e que pode ser entendido na constituição da categoria tempo, concebendo-se assim a narrativa como discurso”.

Maria Alzira Seixo (...) opondo-se à perspectiva todoroviana, diz que:

- “ A narrativa é a um tempo discurso e a outro história, pois liga-se ao conceito de ficção, sobretudo ao conceito de romance (quando se fala da narrativa literária) ou ainda diz respeito a subgéneros em prosa, como por exemplo: o diário, a crónica e as memórias”.

Finalmente, para Victor Aguiar e Silva (1999):

-“O texto narrativo é aquele que é narrado pela narratividade, que por sua vez é aquilo que se manifesta em textos produzidos por sistemas diferentes e co-relaciona-se intimamente com o conhecimento que o homem possui e elabora sobre a realidade”.

Desta forma, vê-se que na construção de uma narrativa terão de participar alguns elementos, as categorias narrativas, como já se disse antes e, de entre estes elementos destacam-se: as personagens, o tempo, o espaço e o narrador.

Porém, antes de se proceder a análise dessas categorias na obra pensamos ser importante clarificar esses termos.

- **Personagem** – Categoria fundamental da narrativa, a personagem evidencia a sua relevância em relatos de diversa inserção sociocultural e de variados suportes expressivos. Na narrativa literária, a personagem revela-se, não raro, o eixo em torno do qual gira a acção e em função do qual se organiza a economia da narrativa.
- **Tempo** – é a par do espaço, uma categoria narrativa de grande importância, pois tem a ver com os vários momentos e períodos do desenrolar das acções.
- **Espaço** – constitui uma das mais importantes categorias da narrativa, não só pelas articulações funcionais que estabelece com as restantes categorias, mas também pelas incidências semânticas que o caracterizam. Entendido como domínio específico da história, integra os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da acção e à movimentação das personagens.
- **Narrador** – a definição do conceito de narrador deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito de autor, não raro susceptível de ser confundido com aquele, mas realmente dotado de diferente estatuto ontológico e funcional. Se o autor corresponde a uma entidade real e empírica, o narrador será entendido fundamentalmente como autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa, é um «ser de papel», como o chamou Roland Barthes (1966). Quanto à presença, classifica-se como autodiegético (coincidente com o protagonista ou o herói), homodiegético (participa na história narrada, mas não como protagonista) e heterodiegético (não participa como personagem na história narrada).

Feito o esclarecimento acerca dos termos em questão, propomos agora a aplicação dos mesmos na análise do texto em estudo:

Assim, as personagens são os índios, mais precisamente os tupinambas, pois é à volta deles que toda a acção foi concebida e em função dos quais se organiza a economia narrativa.

O narrador é, segundo a concepção apresentada antes, homodiegético, dado que não é o protagonista ou herói, participa sim na história, mas foca a sua atenção no outro - os índios tupinambas.

Quanto ao espaço, como componente físico que serve de cenário ao desenrolar da acção e à movimentação das personagens, temos a terra de Vera Cruz, mais precisamente - Baía do Porto Seguro - posteriormente denominada Brasil.

Finalmente, o tempo, que aqui é de extrema importância, uma vez que apesar do período que durou/ levou a narração (Abril e Maio de 1500), vê-se que o nosso autor concebeu a sua narrativa a *pari passu* - o melhor caminho que podia encontrar, pois só assim ele conseguira dar conta de tudo o que narrou, fazendo-o progressivamente.

Assim, o tempo é aqui o elemento que divide o que se narra, dividido em três graus ou níveis temporais<sup>25</sup>:

- Divisão por dias, sugerindo a dinâmica da viagem: «segunda-feira, 9 de março», «Sábado, 14 do dito mês», «terça-feira d'oitavas de Páscoa», «quarta-feira», etc;
- Expressões que dividem a jornada, dando ao discurso um carácter de autenticidade: «a horas de véspera», «a noite», «pela manhã»,...
- A indicação das horas, demonstrando a minúcia do autor na sua descrição e observação: «entre às 8 e as 9 horas», «às 10 horas», ...

O terceiro e último aspecto que abordaremos nesta nossa análise é a linguagem utilizada.

É de salientar que esta análise será feita com base no seguinte extracto:

---

<sup>25</sup> In: *Aula Viva – 11º Ano – Português B*, João Augusto da Fonseca Guerra e José Augusto da Silva Vieira, Porto, Porto editora, s/d, pág.75

“A linguagem é o veículo utilizado para se escrever uma obra literária. Escrever obras literárias é trabalhar com a linguagem. Os géneros literários são as várias formas de trabalhar a linguagem, de registar a história e fazer com que essa linguagem, seja um instrumento de conexão entre os diversos contextos literários que estão dispersos no relato do mundo<sup>26</sup>”.

Ao ler esta citação, perguntamos:

- Será que o nosso autor não trabalhou com a linguagem?
- Em que género literário podemos enquadrar o referido documento?

Para dar resposta à estas interrogações acima apresentadas, reconhecemos ser pertinente, apresentar aqui, inicialmente a opinião de alguns autores sobre o assunto em questão.

Vejamos o que é que estes dizem a respeito disto:

Jaime Cortesão (1967), citado por José Augusto Seabra (2000), profere:

“ O significado emblemático da carta de caminha como o «auto oficial do nascimento do Brasil e do Novo Mundo» não é apenas pelo relato factual, mas à linguagem em que está escrita e que configura um texto de grande qualidade literária, para além do seu estatuto histórico”.

Continua:

“Estamos perante um discurso que revela arquitextualmente de vários registos, desde o do género epistolar, de que se reclama, ao narrativo ou mesmo poético, passando pelo que hoje designaríamos como etnológico ou antropológico”.

Por sua vez, Maria Alzira Seixo (1998), diz:

“ É esse hibridismo discursivo, que dá à literariedade da carta todo o seu efeito aliciante, como testemunho do comportamento dos índios tupinambas no contacto com os portugueses, no instante privilegiado de uma descoberta mútua”.

A carta é «misto de epístola, diário, relato, crónica<sup>27</sup>» que, segundo nos diz Margarida Garcez Ventura:

---

<sup>26</sup> In: Wikipédia, a enciclopédia livre

<sup>27</sup> In: *História da Literatura Brasileira*, Maria Aparecida Ribeiro, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, pág. 18.

“ É uma das melhores riquezas desta narrativa, pois dia-a-dia assistimos ao desvendar do desconhecido, com o tempo, embora escasso, mas funcionando como factor de alteração progressiva do comportamento do outro e dos próprios portugueses e, de ambos em interacção”.

Abonando-se em tudo o que foi dito anteriormente, vê-se que o nosso autor trabalhou e de que maneira com a linguagem e, isso vê-se claramente na forma como este concebe a sua narrativa, através da simbologia, da recriação, da polissemia das palavras, do próprio género utilizado e a descrição luxuriante da natureza e dos seus habitantes, aspectos esses que nos levam ao mundo da ficção, da mimesis, ou melhor para tudo o que transcende à realidade e, é exactamente pela forma como ele trabalhou com a linguagem é que é um texto de grande qualidade literária, como já se disse.

Finalizada a análise da Carta a partir dos três aspectos que destacamos inicialmente, convém salientar que, por tudo o que já foi dito, a carta de Caminha é além do seu inestimável valor histórico, o que é indiscutível, um documento de grande valor literário, essencialmente, pelos aspectos abordados na análise feita, de entre os quais se destaca a linguagem em que foi escrita, onde encontramos as preocupações estilísticas semelhantes às dos prosadores portugueses do mesmo período, de entre as quais podemos destacar a forma de se dirigir às pessoas com uma posição hierárquica superior e, unindo essas preocupações à criatividade e às manifestações das emoções do próprio autor, fez com que neste se revelasse valores artísticos e literários, para além do seu carácter informativo ou utilitário, reforçados pela forma como os europeus, essencialmente portugueses se deslumbraram e se entusiasmaram diante da natureza e da sua gente<sup>28</sup>.

Ainda, é de salientar que, este tem um bom nível literário pela própria relação existente entre a história e a literatura, na medida em que, qualquer história tem um fundo ficcional e, quem nos confirma/prova isto é o próprio Caminha, pois ao longo da sua narrativa ora diz assim me pareceu, ou foi o que me disseram, ou assim queríamos nós.

Para terminarmos, uma informação curiosa: Caminha pouco observou da nova terra descoberta ao vivo. A maior parte do tempo, ele ficou recluso no navio, compilando as informações transmitidas pelos expedicionários que realmente desembarcaram. O único

---

<sup>28</sup> In : *Cronistas do descobrimento*, António Carlos Olivieri & Marco António Villa, pág. 3.

momento que se sabe que possivelmente ele vivenciou com os pés no chão brasileiro foi o da primeira missa, por ele relatada<sup>29</sup>, que a seguir se transcreve e complementada pela figura 26:

“A tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, em frente da praia. Mas ninguém saiu em terra, porque o Capitão o não quis, sem embargo de ninguém nela estar. Somente saiu ele com todos nós em um ilhéu grande, que na baía está e que na baixa-mar fica mui vazio. Porém é por toda a parte cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele e todos nós outros, bem uma hora e meia. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem de noite. Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência vemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias- duas ou três que aí tinham - as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta”.

---

<sup>29</sup> Opinião Citada, professora Bianca Campello (2008)



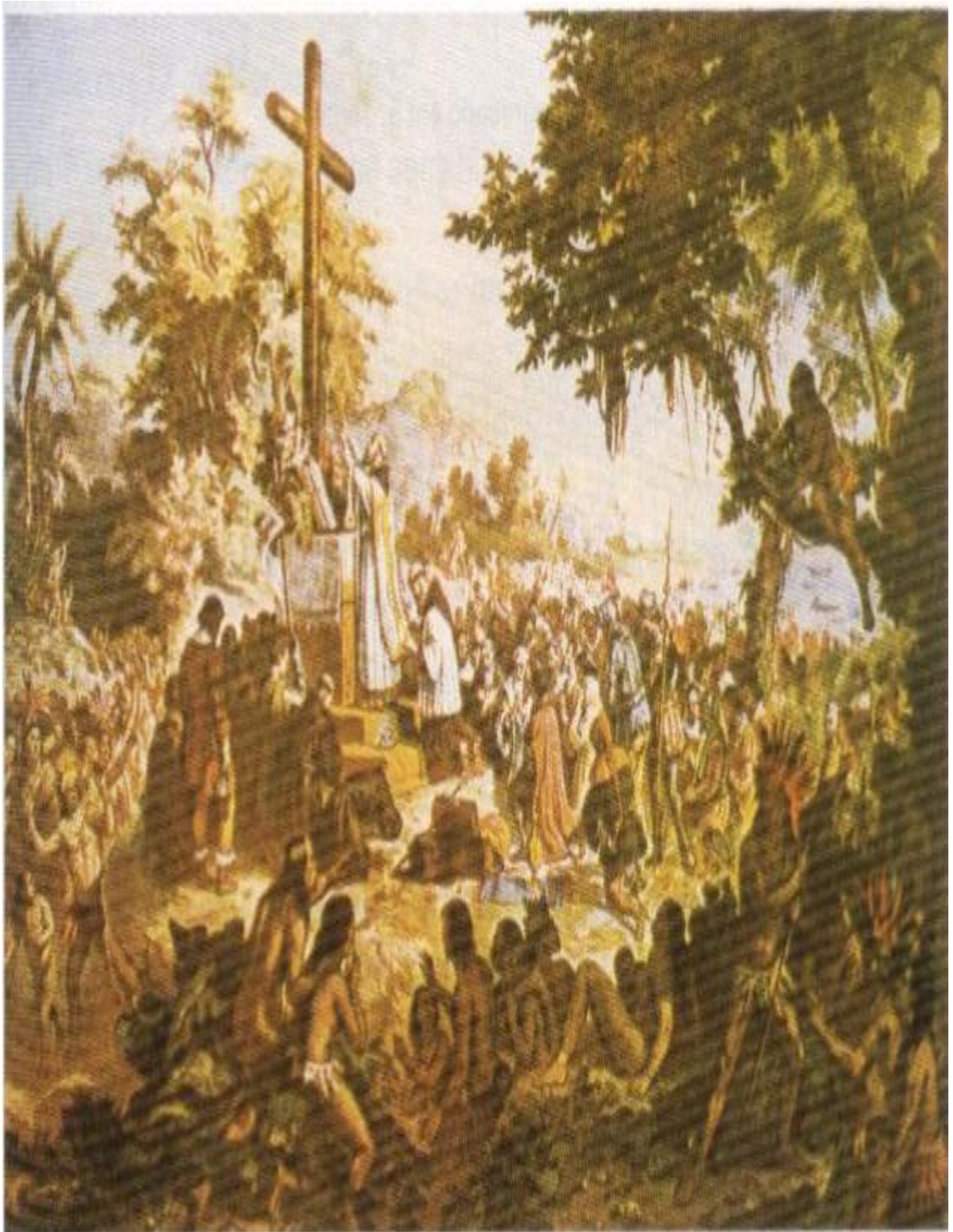


Fig. 26- 1ª Missa no Brasil

Fonte – *Dimensões do Português - 11º Ano – Português B*, Vasco Moreira e Hilário Pimenta, s/d, pág.167.

## ***CAPÍTULO 4***

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

No decorrer deste trabalho foram encontrados constrangimentos diversos, de entre os quais se destacam a aquisição de informações e a mudança da orientadora, como já fora referido. Entretanto, com alguns esforços e depois de consultar algumas bibliografias recomendadas e outras fontes de dados, apresentamos este trabalho que esperamos ir ao encontro das expectativas e dos objectivos preconizados.

E nesta parte final do nosso estudo, procuraremos extrair algumas conclusões, tendo em atenção as questões e os objectivos que nortearam a sua realização, sem a pretensão de esgotar o assunto relativamente ao tema em estudo.

Este estudo teve como desígnios de base **analisar a Carta de Caminha como o primeiro documento na história da Literatura brasileira**, porém antes de se apresentar as principais conclusões a que chegamos, consideramos ser necessário recapitularmos os três aspectos fulcrais que delinearão toda essa análise, ou seja os três itens que tivemos a preocupação de levar em conta na análise do nosso documento, como forma de alcançarmos os objectivos que traçamos no início desta pesquisa, que foram: **a imagem do outro, as categorias da narrativa e finalmente a linguagem utilizada.**

Assim, pode-se dizer que, Caminha numa linguagem de singelo realismo, discursando hibridamente, colocando no centro de tudo os índios tupinambares, como já se disse, construiu ou melhor, na descrição que faz da terra e especialmente da sua gente, mostrou que o “**Paraíso**” existe, caracterizando os seus habitantes, aos quais coube o papel de principal destaque, ou melhor de personagens principais, como já se referiu, como: **hospitaleiros, simples, belas e formosas**, quando se refere às mulheres e **disponíveis** face à maneira de ser e de agir dos portugueses e, isto vê-se na forma como eles encararam a presença destes na sua terra e principalmente na forma como encararam as cerimónias religiosas celebradas durante o momento que a armada de Pedro Álvares Cabral esteve ali na terra de Vera Cruz, como era inicialmente chamada e, toda essa disponibilidade é descrita por Caminha na última missa celebrada, a 1 de Maio do ano em curso, quando os indígenas, incluindo o “Pajé” repetiam os movimentos feitos pelos cristãos durante a mesma, que Caminha soube descrevê-los na sua carta, como se pode depreender dos seguintes extractos da mesma:

“E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor cantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para a cantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, em maneira de procissão. Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e, quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, vieram bem cento e cinquenta ou mais.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão, depois da qual comungaram esses religiosos e sacerdotes e o Capitão com alguns de nós outros.

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou em alva; e assim se subiu junto com altar, em uma cadeira. Ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo dia hoje é, tratando, ao fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção. Esses, que à pregação sempre estiveram, quedaram-se como nós olhando para ele. E aquele, que digo, chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançassem a cada um a sua ao pescoço. Pelo que o padre frei Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinquenta”.

Enfim, para Caminha, eles eram também **inocentes**, pois não tinham uma religião e nem sequer uma crença e, diz que se houvesse entendimento entre eles, isto é, entre os portugueses e os nativos, com certeza que estes últimos se converteriam à fé cristã, que além

das outras motivações já mencionadas, contribuiu decisivamente para a expansão marítima, principalmente do Clero, como podemos ver no seguinte extracto textual:

“Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim”.

Feita toda essa recapitulação convém salientar que com a realização desta pesquisa aprofundamos os nossos conhecimentos teóricos relativamente ao conteúdo, reflectimos sobre as questões que a nortearam e, agora torna-se necessário debruçar sobre as perguntas de partida e as hipóteses levantadas no início da mesma, com o intuito de respondê-las e confirmá-las ou infirmá-las.

Assim, o exame que fizemos sobre a carta de Caminha e dos vários estudos feitos sobre a mesma permitiu-nos concluir que:

- A carta de Caminha é o primeiro documento da história da literatura brasileira, secundada pelo *Diário de Navegação*, de Pêro Lopes de Souza (1530);
- Deve ser vista em ambos os parâmetros, ou seja tanto em termos histórico como literário, pois há entre a história e a literatura uma relação muito estreita, como já se disse;
- É um documento de um valor histórico incalculável, pois é graças a ele que hoje sabemos uma série de informações sobre o Brasil na era dos descobrimentos como por exemplo o comportamento dos índios;

- A carta é um texto de grande valor literário, essencialmente pela linguagem e género em que foi escrita e, a forma como o seu autor apresenta/descreve o outro;
- Apresenta um grande interesse literário por ser o embrião de toda a literatura brasileira, a destacar: o seu contexto histórico-cultural, a origem das características das primeiras escolas literárias brasileiras (Barroco, Arcadismo e das outras épocas posteriores);
- É de imprescindível leitura para aquele que queira entender o descobrimento do Brasil, pois é a narração única sobre o seu descobrimento, essencialmente pela realidade das descrições que faz ao longo da mesma;

Tem um papel/lugar indiscutível para toda a pessoa que queira saber, conhecer ou estudar a história do Brasil e o percurso da sua literatura, essencialmente dos seus primeiros tempos ou momentos, pois como já se disse, ela é o “ relato mais rico e confiável das primeiras semanas após o descobrimento”.

É ainda de leitura obrigatória para todos quanto quiserem conhecer as informações essenciais sobre o primeiro contacto entre os portugueses e os índios, principalmente o comportamento, forma/modo de vida dos primeiros habitantes da Terra de Vera Cruz, posteriormente chamada Brasil e ao lê-la qualquer pessoa ficará deslumbrada pelo realismo da descrição que o autor faz ao longo da sua narrativa, o estilo ameno, a beleza natural e exótica que faz da terra e seus habitantes.

Finalmente, a carta de caminha é de uma grandeza, beleza enorme, uma vez que, a forma como ele descreve a natureza e as gentes que a habita, só encontramos nela, comparando-a com os outros textos relacionados com a viagem de Pedro Álvares Cabral e sua armada ao Brasil, pois ela foi o primeiro, mas não o único. É também de uma originalidade gigantesca, dado que como já se disse, Caminha no seu tempo era conhecido mais como cavaleiro do que escritor e a carta fê-lo nascer para a história de Portugal e em especial do Brasil.

## ***REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***

1. ANDRADE, Fernando Teixeira de: (S/L), *Sistema de métodos de Aprendizagem, Literatura I*, Colecção Objectivo, S/L, pág. 3.
2. BAPTISTA, Vera Saraiva et alli: (1994), *Signos, 11º Ano – Ensino Secundário*, Lisboa, Lisboa editora, pág.199/206.
3. BARRETO, Luís Filipe: (1989), *Os descobrimentos e a Ordem do saber – Uma análise sociocultural*, 2ª edição, Lisboa, Gradiva editor, pág. 5.
4. BOSI, Alfredo: (1992), *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix.
5. CÂNDIDO, António: (1975), *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itataia, Ed. da Universidade de São Paulo.
6. CARMO, Maria e, DIAS, M. Carlos: (1980), *Introdução ao texto literário*, 7ª edição, Lisboa, pág. 64.
7. CLARET, Martim: (2002), *Carta de Pêro Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Colecção a obra-prima de cada autor, S. Paulo, editora afiliada.
8. COUTINHO, Afrânio: (2001), *Introdução à Literatura Brasil*, 2 vols, Rio de Janeiro, Irnago.
9. CRISANTO, Natércia et alii: (1996), *História 8 -8º Ano de escolaridade*, Porto, Porto Editora.
10. DINIZ, Maria Emília et alli: (1995), *História 8 – 8º Ano*, Lisboa, editorial o Livro, pág. 9/35.
11. \_\_\_\_\_(S/d), *História 8 – 8º Ano*, Lisboa, editorial o Livro, pág. 9/35.
12. GARRIDO, Ana et alli: (2005), *Antologia – Português 11º Ano / Ensino Secundário*, Lisboa, Lisboa editora, 2005, pág. 299/300.
13. GUERRA, João Augusto da Fonseca e VIEIRA, José Augusto da Silva: (S/d), *Aula Viva – 11º Ano – Português B*, Porto, Porto editora, pág.75.
14. MENDONÇA, Manuela e VENTURA, Margarida Garcez: (2000), *A carta de Pêro Vaz de Caminha – Auto de Nascimento do Brasil*, Mafra, Mar de Letras editora.
15. MIRANDA, José Luís Carneiro de: (1999), *Projectos & Monografias*, Niterói, Intertexto.
16. MOISES, Massaud: (1983), *A Literatura Brasileira através de textos*, São Paulo, editora Cultrix.

17. MOREIRA, Vasco e PIMENTA, Hilário: (S/d), *Dimensões do Português - 11º Ano – Português B*, Porto, Porto editora, pág.164.
18. NEVES, Pedro Almiro e ALMEIDA, Valdemar Castro: (S/d), *Novo ao encontro da História 8 – 8º Ano*, Porto, Porto editora, pág.13/29.
19. NICOLA, João de: (1998), *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*, S. Paulo, Spicione, pág. 79
20. OLIVEIRA, Ana Rodrigues et alli: (1999), *História – 8º Ano*, Lisboa, Texto editora, pág.12/30.
21. OLIVEIRA, Aurélio et alii: (1999), *História dos descobrimentos e expansão Portuguesa*, Universidade Aberta.
22. OLIVIERI, António Carlos e VILLA: (1999), Marco António, *Cronistas do descobrimento*, S. Paulo, editora ática.
23. QUADROS, Jânio et alii, *Curso Prático da Língua Portuguesa e sua Literatura, Literatura Brasileira*, vol. 6, Curitiba, editora educacional brasileira, Cap. 1, pp. 11/15.
24. REIS, Carlos e, LOPES, Ana Cristina Macário: (2002), *Dicionário de narratologia*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, Outubro.
25. RIBEIRO, Maria Aparecida: (1994), *História da Literatura Brasileira*, Lisboa, Universidade Aberta.
26. SILVA, Victor Manuel de Aguiar e: (1999), *Teoria da Literatura*, 8ª edição, Coimbra, pág. 574.



**ANEXO**

Senhor,

Posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer!

Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afeiar, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e das singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza -- porque o não saberei fazer -- e os pilotos devem ter este cuidado.

E portanto, Senhor, do que hei de falar começo:

E digo quê:

A partida de Belém foi -- como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março. E sábado, 14 do dito mês, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grande Canária. E ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, a saber da ilha de São Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte à segunda-feira amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para poder ser !

Fez o capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas... não apareceu mais !

E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha -- segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas -- os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, e assim mesmo outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-posto umas seis léguas da terra, lançamos ancoras, em dezenove braças -- ancoragem limpa. Ali ficamo-nos toda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante -- por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças -- até meia

légua da terra, onde todos lançamos ancoras, em frente da boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus. E especialmente a Capitanisol-postoa. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar ancoras e fazer vela. E fomos de longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados na popa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para tomar água e lenha. Não por nos já minguar, mas por nos prevenirmos aqui. E quando fizemos vela estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que fossem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. E as naus foram-se chegando, atrás deles. E um pouco antes de sol-posto amainaram também, talvez a uma légua do recife, e ancoraram a onze braças.

E estando Afonso Lopez, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, foi, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meter-se logo no esquife a sondar o porto dentro. E tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. Um deles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitaina, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador.

Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber.

Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobre-pente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, na parte detrás, uma espécie de cabeleira, de penas de ave amarela, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição branda como, de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com ele íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se os houvesse ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não havíamos de dar! E depois tornou as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas.

O Capitão mandou pôr por baixo da cabeça de cada um seu coxim; e o da cabeleira esforçava-se por não a estragar. E deitaram um manto por cima deles; e consentindo, aconchegaram-se e adormeceram.

Sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e tinha seis a sete braças de fundo. E entraram todas as naus dentro, e ancoraram em cinco ou seis braças -- ancoradouro que é tão grande e tão formoso de dentro, e tão seguro que podem ficar nele mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus foram distribuídas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fossem em terra e levassem aqueles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo perto de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levamos acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos. E eles os depuseram. Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga. E muitos outros com eles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem a bordo do batel. Mas junto a ele, lançavam-nos da mão. E nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma coisa.

Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna quase que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar.

Dali se partiram os outros, dois mancebos, que não os vimos mais.

Dos que ali andavam, muitos -- quase a maior parte --traziam aqueles bicos de osso nos beiços.

E alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha. E alguns deles traziam três daqueles bicos, a saber um no meio, e os dois nos cabos.

E andavam lá outros, quartejados de cores, a saber metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e outros quartejados d'escaques.

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fossem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus. E quando assim vínhamos, acenaram-nos que voltássemos. Voltamos, e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não trataram de lhe tirar coisa alguma, antes mandaram-no com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, que lhe desse aquilo. E ele tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquele que o da primeira agasalhara. E então veio-se, e nós levamo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por galanteria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós.

E com isto nos tornamos, e eles foram-se.

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu -- ele com todos nós -- em um ilhéu grande que está na baía, o qual, aquando baixamar, fica mui vazio. Com tudo está de todas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miúdo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção.

Enquanto assistimos à missa e ao sermão, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos, como a de ontem, com seus arcos e setas, e andava folgando. E olhando-nos,

sentaram. E depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos a pregação, levantaram-se muitos deles e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias -- duas ou três que lá tinham -- as quais não são feitas como as que eu vi; apenas são três traves, atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, só até onde podiam tomar pé.

Acabada a pregação encaminhou-se o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos indo todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levara, para o entregar a eles. E nós todos trás dele, a distância de um tiro de pedra.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não os punham.

Andava lá um que falava muito aos outros, que se afastassem. Mas não já que a mim me parecesse que lhe tinham respeito ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas. Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho. Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava no meio deles, sem implicarem nada com ele, e muito menos ainda pensavam em fazer-lhe mal. Apenas lhe davam cabaças d'água; e acenavam aos do esquife que saíssem em terra. Com isto se voltou Bartolomeu Dias ao Capitão. E viemo-nos às naus, a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem os mais constranger. E eles tornaram-se a sentar na praia, e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e sermão, espraia muito a água e descobre muita areia e muito cascalho. Enquanto lá estávamos foram alguns buscar marisco e não no acharam. Mas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande e muito grosso; que em nenhum tempo o vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e de amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira. E depois de termos comido vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se aportou; e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir e saber dela mais do que nós podíamos saber, por irmos na nossa viagem.

E entre muitas falas que sobre o caso se fizeram foi dito, por todos ou a maior parte, que seria muito bem. E nisto concordaram. E logo que a resolução foi tomada, perguntou mais, se seria bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui em lugar deles outros dois destes degredados.

E concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar.



E que portanto não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apaziguar, unicamente de deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos.

E assim ficou determinado por parecer melhor a todos.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenaram que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal. E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. E alguns aguardavam; e outros se afastavam. Com tudo, a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam. Passaram além tantos dos nossos e andaram assim misturados com eles, que eles se esquivavam, e afastavam-se; e iam alguns para cima, onde outros estavam. E então o Capitão fez que o tomassem ao colo dois homens e passou o rio, e fez tornar a todos. A gente que ali estava não seria mais que aquela do costume. Mas logo que o Capitão chamou todos para trás, alguns se chegaram a ele, não por o reconhecerem por Senhor, mas porque a gente, nossa, já passava para aquém do rio. Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas, daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, de tal maneira que os nossos levavam dali para as naus muitos arcos, e setas e contas.

E então tornou-se o Capitão para aquém do rio. E logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.

Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou menina, atado com um pano aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum.

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe cabia pelo buraco um grosso dedo polegar. E trazia metido no buraco uma pedra verde, de nenhum valor, que fechava por fora aquele buraco. E o Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela para a boca do Capitão para lha meter. Estivemos rindo um pouco e dizendo chalaças sobre isso. E então enfadou-se o Capitão, e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho;

não por ela valer alguma coisa, mas para amostra. E depois houve-a o Capitão, creio, para mandar com as outras coisas a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles.

Depois tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde tínhamos desembarcado.

E além do rio andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fora almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo os segurou e afagou muito, tomavam logo uma esquiviza como de animais monteses, e foram-se para cima.

E então passou o rio o Capitão com todos nós, e fomos pela praia, de longo, ao passo que os batéis iam rentes à terra. E chegamos a uma grande lagoa de água doce que está perto da praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles meter-se entre os marinheiros que se recolham aos batéis. E levaram dali um tubarão que Bartolomeu Dias matou. E levavam-lho; e lançou-o na praia.

Bastará que até aqui, como quer que se lhes em alguma parte amansassem, logo de uma mão para outra se esquivavam, como pardais do cevadouro. Ninguém não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem -- para os bem amansarmos !

Ao velho com quem o Capitão havia falado, deu-lhe uma carapuça vermelha. E com toda a conversa que com ele houve, e com a carapuça que lhe deu tanto que se despediu e começou a passar o rio, foi-se logo recatando. E não quis mais tornar do rio para aquém. Os outros dois o Capitão teve nas naus, aos quais deu o que já ficou dito, nunca mais aqui apareceram -- fatos de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber, e por isso tão esquivia. Mas apesar de tudo isso andam bem curados, e muito limpos. E naquilo ainda mais me convenço que são como aves, ou alimárias montesinhas, as quais o ar faz melhores penas e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isto me faz presumir que não tem casas nem moradias em que se recolham; e o ar em que se criam os faz tais. Nós pelo menos não vimos até agora nenhuma casa, nem coisa que se pareça com elas.

Mandou o Capitão aquele degredado, Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. E foi; e andou lá um bom pedaço, mas a tarde regressou, que o fizeram eles vir: e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nada do seu. Antes, disse ele, que lhe tomara um deles umas continhas amarelas que levava e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após ele, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de feteiras muito grandes, como as de Entre-Douro-e-Minho. E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

Segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos; mas não tantos como as outras vezes. E traziam já muito poucos arcos. E estiveram um pouco afastados de nós; mas depois pouco a pouco misturaram-se conosco; e abraçavam-nos e folgavam; mas alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha e por qualquer coisa. E de tal maneira se passou a coisa que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles para onde outros muitos deles estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, uns verdes, outros amarelos, dos quais creio que o Capitão há de mandar uma amostra a Vossa Alteza.

E segundo diziam esses que lá tinham ido, brincaram com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados: uns andavam quartejados daquelas tinturas, outros de metades, outros de tanta feição como em pano de ras, e todos com os beiços furados, muitos com os ossos neles, e bastantes sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que na cor queriam parecer de castanheiras, embora fossem muito mais pequenos. E estavam cheios de uns grãos vermelhos, pequeninos que, esmagando-se entre os dedos, se desfaziam na tinta muito vermelha de que andavam tingidos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem meter-se entre eles; e assim mesmo a Diogo Dias, por ser homem alegre, com que eles folgavam. E aos degredados ordenou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos; e andaram entre eles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem. E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. E ainda, segundo diziam, queriam vir com eles. Resgataram lá por cascavéis e outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, espécie de tecido assaz belo, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vô-las há de mandar, segundo ele disse. E com isto vieram; e nós tornamo-nos às naus.

Terça-feira, depois de comer, fomos em terra, fazer lenha, e para lavar roupa. Estavam na praia, quando chegamos, uns sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. E depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos. E misturaram-se todos tanto conosco que uns nos ajudavam a acarretar lenha e metê-las nos batéis. E lutavam com os nossos, e tomavam com prazer. E enquanto fazíamos a lenha, construíam dois carpinteiros uma grande cruz de um pau que se

ontem para isso cortara. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro com que a faziam do que para verem a cruz, porque eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, porque lhas viram lá. Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

E o Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia e que de modo algum viessem a dormir às naus, ainda que os mandassem embora. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores; verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. Todavia os que vi não seriam mais que nove ou dez, quando muito. Outras aves não vimos então, a não ser algumas pombas-seixeiras, e pareceram-me maiores bastante do que as de Portugal. Vários diziam que viram rolas, mas eu não as vi. Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

E cerca da noite nós volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que não dei ainda conta aqui a Vossa Alteza do feitio de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, e as setas compridas; e os ferros delas são canas aparadas, conforme Vossa Alteza verá alguns que creio que o Capitão a Ela há de enviar.

Quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada um podia levar. Eles acudiram à praia, muitos, segundo das naus vimos. Seriam perto de trezentos, segundo Sancho de Tovar que para lá foi. Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem ordenara que de toda maneira lá dormissem, tinham voltado já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. E traziam papagaios verdes; e outras aves pretas, quase como pegas, com a diferença de terem o bico branco e rabos curtos. E quando Sancho de Tovar recolheu à nau, queriam vir com ele, alguns; mas ele não admitiu senão dois mancebos, bem dispostos e homens de prol. Mandou pensar e curá-los mui bem essa noite. E comeram toda a ração que lhes deram, e mandou dar-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. E dormiram e folgaram aquela noite. E não houve mais este dia que para escrever seja.

Quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas, e veio-lhe comida. E comeu. Os hóspedes, sentaram-no cada um em sua cadeira. E de tudo quanto lhes deram, comeram mui bem, especialmente lacão cozido frio, e arroz. Não lhes deram vinho por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel, e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, bem revolta. E logo que a tomou meteu-a no beijo; e porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pouca de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço da parte de trás de sorte que segurasse, e meteu-a no beijo, assim revolta para cima; e ia tão contente com ela, como se tivesse uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela. E não tornou a aparecer lá.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir. E parece-me que viriam este dia a praia quatrocentos ou quatrocentos e cinquenta. Alguns deles traziam arcos e setas; e deram tudo em troca de carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade! Andavam todos tão bem dispostos e tão bem feitos e galantes com suas pinturas que agradavam. Acarretavam dessa lenha quanta podiam, com mil boas vontades, e levavam-na aos batéis. E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredor até um ribeiro grande, e de muita água, que ao nosso parecer é o mesmo que vem ter à praia, em que nós tomamos água. Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredor que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Ao sairmos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direção à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos pusessemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim!

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pajem; e Aires Gomes a outro, pajem também. Os que o Capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos -- o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor

arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a cova para a fincar. E enquanto a iam abrindo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dois tiros de besta do rio. Andando-se ali nisto, viriam bem cento cinquenta, ou mais. Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, a ela, perto de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão; e depois da comunhão, comungaram esses religiosos e sacerdotes; e o Capitão com alguns de nós outros. E alguns deles, por o Sol ser grande, levantaram-se enquanto estávamos comungando, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, se conservou ali com aqueles que ficaram. Esse, enquanto assim estávamos, juntava aqueles que ali tinham ficado, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima, e ficou na alva; e assim se subiu, junto ao altar, em uma cadeira; e ali nos pregou o Evangelho e dos Apóstolos cujo é o dia, tratando no fim da pregação desse vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, que nos causou mais devoção.

Esses que estiveram sempre à pregação estavam assim como nós olhando para ele. E aquele que digo, chamava alguns, que viessem ali. Alguns vinham e outros iam-se; e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda. E houveram por bem que lançassem a cada um sua ao pescoço. Por essa causa se assentou o padre frei Henrique ao pé da cruz; e ali lançava a sua a todos -- um a um -- ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançavam-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinquenta. E isto acabado -- era já bem uma hora depois do meio dia -- viemos às naus a comer, onde o Capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquele gesto para o altar e para o céu, (e um seu irmão com ele). A aquele fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destouras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, moça, a qual esteve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse; e puseram-lho em volta dela. Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior -- com respeito ao pudor.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive se convertera, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos perante eles beijar a cruz. E despedimo-nos e fomos comer.

Creio, Senhor, que, com estes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prazendo a Deus fazemos nossa partida daqui.

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!

E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro -- o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

*Pero Vaz de Caminha.*